



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW
DA FONSECA – CEFET/RJ - UNED MARIA DA GRAÇA
CURSO TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO
SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO**

- 2ª alteração -

Rio de Janeiro – RJ

2024

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW
DA FONSECA – CEFET/RJ

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Diretorias Sistêmicas e Chefias pertinentes à Uned Maria da Graça

Direção Geral

Mauricio Saldanha Motta

Vice-direção Geral

Gisele Maria Ribeiro Vieira

Diretoria de Ensino - Diren

Dayse Haime Pastore

Diretoria da Uned Maria da Graça

Saulo Santiago Boher

Gerência Acadêmica da Uned Maria da Graça

Rebeca Cardozo Coelho

Coordenação do Curso Técnico de Segurança do Trabalho

Beatriz Martins Teixeira

Revisão Pedagógica (Diren/Diace)

Allane de Souza Pedrotti; Ana Letícia Couto Araújo; Cristiane do Nascimento Gomes Borges; João Antonio Miranda Tello Ramos Gonçalves

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	1
2. APRESENTAÇÃO	2
3. INSTITUIÇÃO	2
3.1. Breve Histórico da Uned Maria da Graça	2
3.2. Inserção regional da uned Maria da Graça	5
3.3. Filosofia, princípios, missão e objetivos do Cefet/RJ	7
3.3.1. Filosofia	7
3.3.2. Princípios	8
3.3.3. Missão institucional	8
3.4. Gestão acadêmica da instituição	9
3.4.1. Legislação	12
4. ORGANIZAÇÃO DO CURSO DE TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	16
4.1. Concepção do curso	16
4.1.1. Justificativa e pertinência do curso	16
4.1.2. Projeto Pedagógico do Curso	17
4.2. Dados do curso	21
4.2.1. Formas de ingresso	21
4.2.2. Horário de funcionamento	21
4.2.3. Estrutura organizacional do curso	22
4.3. Estrutura curricular	22
4.3.1. Organização curricular	22
4.3.2. Prática Profissional Orientada	23
4.3.3. Prática profissional	23
4.3.4. Grade curricular	28
4.3.5. Componentes curriculares	29
4.4. Procedimentos didáticos e metodológicos	82
5. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO	83
5.1. Avaliação dos processos de ensino-aprendizagem	83
5.1.1. AVALIAÇÕES DAS DISCIPLINAS DE LABORATÓRIO	84
6. RECURSOS DO CURSO	85
6.1. Corpo docente	85
6.2. Biblioteca	86
6.3. Corpo discente	87

6.3.1 Programas de atendimento aos discentes	87
6.6.2. Atividades Estudantis Suplementares	88
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	92
ANEXO 1 – Tabela das atividades de Prática Profissional adotadas pela Coordenação	

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Curso Técnico em Segurança do Trabalho	
Uned	Maria da Graça
Eixo Tecnológico	Segurança
Modalidade e forma	Subsequente e presencial
Titulação conferida	Técnico em Segurança do Trabalho
Ano de início de funcionamento do curso	2017
Tempo Mínimo de Integralização	4 semestres
Tempo Máximo de Integralização	6 semestres
Regime acadêmico	Regime de matrícula semestral
Periodicidade	Semestral
Número de vagas oferecidas	40
Turno de oferta	Noturno
Carga Horária Total do Curso	1.200h
Duração da hora-aula	50 minutos
Endereço de funcionamento	Rua Miguel Ângelo, 96, Maria da Graça
Site da instituição	www.cefet-rj.br
Conselho Profissional	Crea-RJ

2. APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico de um Curso (PPC) é um instrumento de gestão escolar que estabelece princípios, diretrizes, estrutura curricular, ementas de disciplinas, bibliografia, infraestrutura básica e demais informações e ações pertinentes ao alcance do perfil desejado para os concluintes do curso, devendo nortear a prática cotidiana dos processos educacionais, em conformidade com referências formais para elaboração. No caso da educação profissional técnica de nível médio (EPTNM), as referências básicas são encontradas na Lei de Diretrizes e Bases da educação básica, nas Diretrizes Curriculares Nacionais, no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT), bem como nas políticas e ações prescritas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), de cada instituição, que inclui o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) comprometido em atender demandas específicas de formação profissional junto à sociedade.

3. INSTITUIÇÃO

3.1. Breve Histórico da Uned Maria da Graça

Em 1997, com a possibilidade de ampliar o seu espaço físico e de atuação em áreas de interesse da educação profissional na cidade do Rio de Janeiro, o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ) assumiu, patrimonialmente, o prédio do Governo Federal em que funcionava uma gráfica da extinta Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC), que, por sua vez, tinha absorvido os programas da Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME/MEC).

Localizada à Rua Miguel Ângelo, nº 96, no bairro de Maria da Graça, a antiga fábrica de material escolar passou, desde então, a integrar a infraestrutura física do Centro, ganhando, já em 1999, a designação de UnEd Maria da Graça. Nesse ano, desenvolveu-se um primeiro plano de ocupação desse espaço, gerador, entre outras iniciativas, do convênio firmado entre o CEFET/RJ e a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEE-RJ), da implantação do Núcleo de Tecnologia Automotiva (NTA) e da implementação do Plano Acadêmico Plurianual (2000-2002) para a Unidade. Este previa a oferta de ensino médio e cursos técnicos, de

educação profissional de nível médio e educação de jovens e adultos, além do desenvolvimento de projetos de extensão.

A UnEd Maria da Graça ocupa uma área de terreno de 7.212,96m². A edificação nesse terreno comportava a indústria gráfica com uma planta central, cinco galpões, um setor de almoxarifado e transporte, um setor administrativo e um setor de assistência médica, totalizando 7.386,68m² de área construída. O plano de ocupação desse espaço – convertendo sua função de produção material em função de ensino-aprendizagem – exigiu medidas de aproveitamento, com obras e alguns serviços de adaptação.

O espaço edificado está sendo apenas parcialmente ocupado pelas atividades educacionais, conforme se pode observar na Figura 1.



Fig. 1 – Planta de situação da Uned Maria da Graça

É incontestável o valor atribuído pela sociedade à formação desenvolvida nos cursos técnicos da rede federal de ensino. O CEFET/RJ é herdeiro desse reconhecimento desde o tempo da antiga Escola Técnica Nacional, sucessivamente denominada Escola Técnica Federal

do Rio de Janeiro, Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca e Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. As vagas para os cursos técnicos sempre foram disputadas pelos candidatos, resultando nos concursos um elevado quantitativo de demanda em relação à oferta.

Na vigência da Reforma do Ensino Médio e da Educação Profissional imposta pelo Decreto nº 2.208/97 e pela Portaria MEC nº 646/97, a criação do Colégio Estadual Professor Horácio Macedo, mediante o estabelecimento de convênio com a SEE-RJ, representou importante decisão político-pedagógica assentada na valorização da educação geral para a formação técnica desenvolvida historicamente no CEFET/RJ. A implantação de uma unidade de ensino médio e educação profissional oferecidos na ação conjunta da Secretaria Estadual de Educação e do CEFET viriam atender o objetivo de ampliação de vagas na modalidade articulada de ensino básico e ensino técnico, em especial para os alunos da escola pública, propiciando aos egressos da rede municipal de ensino fundamental a possibilidade de continuidade da sua educação básica junto com a habilitação de profissional técnico. Além, do convênio com o Colégio Estadual Professor Horácio de Macedo, ainda existia outros convênios com o Colégio Pedro II e o Colégio Militar Brigadeiro Newton Braga. Em virtude da descontinuidade destes convênios houve a necessidade de reorientar a ação no âmbito da educação profissional técnica de nível médio.

Em 2006, foram implantados mais dois cursos técnicos: segurança do trabalho e informática industrial, este último mais tarde se transformaria no curso técnico de automação industrial. A princípio, os cursos técnicos de manutenção automotiva, segurança do trabalho e informática industrial eram oferecidos na modalidade de concomitância externa com os colégios referidos anteriormente. Até que em 2015 com o fim dos convênios, o Cefet/RJ na UnED Maria da Graça passou a oferecer o Ensino Médio Integrado aos Cursos Técnicos, com corpo docente de ensino médio próprio.

Em 2017, a Coordenação do Curso Técnico em Segurança do Trabalho cria o Curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente, ofertado no turno noturno, para aqueles alunos que já possuíam o ensino médio completo. A entrada de alunos é feita, até os dias atuais, via concurso público.

Ainda em 2017, é criada a primeira graduação da Uned: o bacharelado em Sistemas de Informação, com oferta de vagas noturna e acesso de alunos via SisU.

Em 2018 é também criado na modalidade subsequente com oferta de vagas noturnas, o Curso Técnico de Sistemas em Energias Renováveis.

Assim, atualmente, se tem a seguinte oferta de ensino na UnED Maria da Graça:

- Ensino Médio integrado ao Ensino Técnico Profissionalizante:
 - Curso técnico em segurança do trabalho;
 - Curso técnico em automação industrial;
 - Curso técnico em manutenção automotiva;
- Ensino Técnico Profissionalizante Subsequente (pós-médio):
 - Curso Técnico em Segurança do Trabalho;
 - Curso Técnico em Sistemas de Energias Renováveis;
- Ensino Superior:
 - Bacharelado em Sistemas de Informação;

3.2. Inserção Regional da uned Maria da Graça

Segundo dados estimados pelo IBGE para o ano de 2022, o Estado do Rio de Janeiro com 43.750,425 km², abriga uma população de cerca de 17 milhões de habitantes (17.463.349), sendo a unidade da Federação de maior concentração demográfica, 365,23 habitantes/km², especialmente na Região Metropolitana, constituindo-se assim em um grande mercado consumidor de bens e serviços. Encontra-se em posição geográfica privilegiada, no centro da região geoeconômica mais expressiva do País, sendo o segundo Estado em importância econômica do Brasil.

Em 2022, a região Sudeste manteve-se no patamar de anos anteriores ao responder por 52% de participação no PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro. São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais foram responsáveis, sozinhos, por 50% do PIB do Brasil, em 2022, ou seja, estes três estados concentraram metade do PIB do país.

Admitindo-se um raio de 500 km, a partir da cidade do Rio de Janeiro, atingindo São Paulo, Belo Horizonte e Vitória, identifica-se uma região geoeconômica de grande importância sob o ponto de vista abastecedor/consumidor. Nesta região encontra-se 32% da população do País, 65% do produto industrial, 65% do produto de serviços e 40% da produção agrícola. Através dos portos desta região são realizados 70% em valor das exportações brasileiras.

A prestação de serviços e a indústria exercem papel fundamental na economia fluminense. Áreas como telecomunicações e tecnologia da informação são áreas de grande interesse para a prestação de serviços.

O setor industrial do Rio de Janeiro é o segundo mais importante do país. Indústrias como a metalúrgica, siderúrgica, gás-química, petroquímica, naval, automobilística, audiovisual, cimenteira, alimentícia, mecânica, editorial, extração e refino de petróleo, química e farmacêutica comprovam a diversidade da estrutura do setor industrial do Rio de Janeiro e sua potencialidade econômica.

O Estado do Rio de Janeiro destaca-se pela expressiva representatividade de suas indústrias de base, como por exemplo, a Petrobras (petróleo e gás natural), líder mundial no ramo, com tecnologia própria na extração de petróleo em águas profundas. O Estado do Rio de Janeiro é o maior produtor de petróleo e gás natural do País, respondendo, em 2022, por 80% da produção nacional (Boletim ANP). A Companhia Siderúrgica Nacional – CSN (aços planos), por exemplo, é uma das maiores na América Latina. Entre as diversas indústrias existentes estão a Vale S.A., uma das maiores mineradoras do mundo, a Gerdau Cosigua em Santa Cruz, a Nuclep em Itaguaí. No setor energético, completam a lista a Eletrobrás, maior companhia latino-americana do setor de energia elétrica, Furnas Centrais Elétricas, Eletronuclear, entre outras.

Em decorrência principalmente de sua base tecnológica, o Estado do Rio de Janeiro tem gerado inúmeras oportunidades para indústrias de alta tecnologia, como a química fina, novos materiais, biotecnologia, mecânica de precisão e eletroeletrônica, onde o Polo Tecnológico é o grande centro deste segmento industrial.

O Estado do Rio de Janeiro apresenta um comércio dinâmico e uma atividade financeira intensa somados a uma indústria de turismo. Representa ainda uma alternativa disponível para projetos agropecuários modernos, intensivos em tecnologia, dentro do atual modelo agrícola brasileiro de cada vez mais buscar o crescimento da produção através do aumento da produtividade.

Desta forma, o CEFET/RJ com mais de um século de existência, seu Campus Maracanã e suas sete Unidades Descentralizadas e diversos polos de Educação à distância inseridos no Estado do Rio de Janeiro, conforme o mapa de situação a seguir, observando as demandas do mercado de trabalho, atua na formação de profissionais capazes de suprir as necessidades da Região, em diversas áreas e segmentos de ensino.

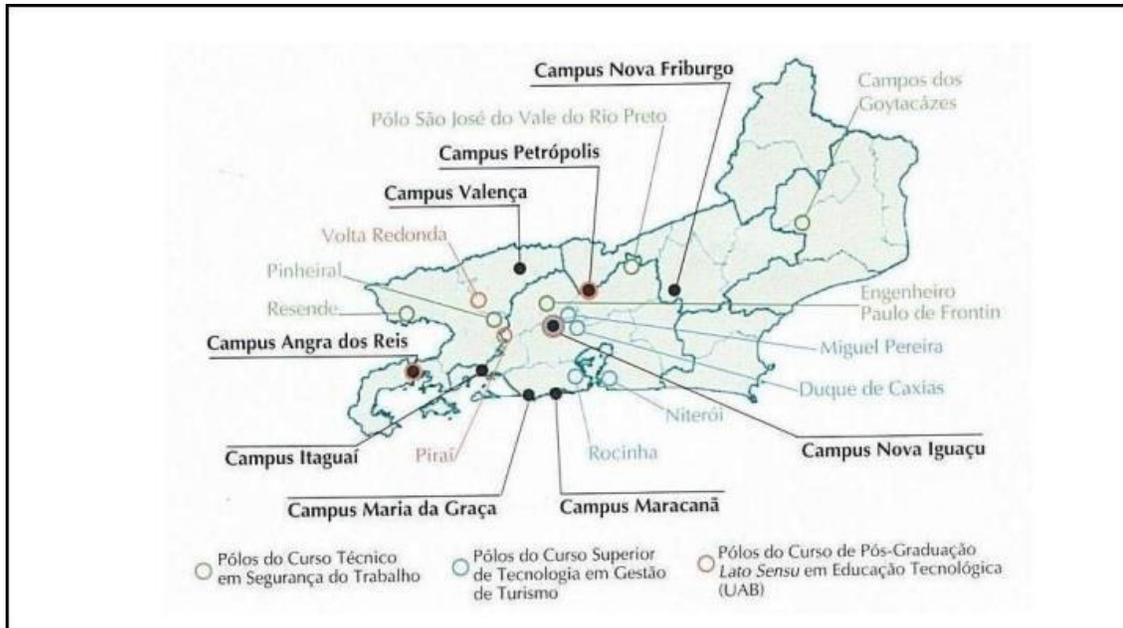


Fig. 2 – Distribuição dos campi do Cefet/RJ

3.3. Filosofia, princípios, missão e objetivos do Cefet/RJ

3.3.1. Filosofia

Corresponde à filosofia orientadora da ação no CEFET/RJ compreender essa Instituição educacional como um espaço público de formação humana, científica e tecnológica.

Compreender, ainda, que:

- Todos os servidores são responsáveis por esse espaço e nele educam e se educam permanentemente;
- Os alunos são corresponsáveis por esse espaço e nele têm direito às ações educacionais qualificadas que cabem ao centro oferecer;
- A convivência, em um mesmo espaço acadêmico, de cursos de diferentes níveis de ensino e de atividades de pesquisa e extensão compõe a dimensão formadora dos profissionais preparados pelo centro (técnicos, tecnólogos, engenheiros, administradores, docentes e outros), ao mesmo tempo em que o desafia a avançar no campo da concepção e realização da educação tecnológica.

3.3.2. Princípios

A filosofia institucional se expressa, ainda, nos princípios norteadores do seu projeto político institucional (PPI), documento (re)construído com a participação dos segmentos da comunidade escolar (servidores e alunos) e representantes dos segmentos produtivo e outros da sociedade. Integram tais princípios:

- Defesa da educação pública e de qualidade para todos;
- Autonomia institucional;
- Gestão democrática e descentralização gerencial;
- Compromisso social, parcerias e diálogo permanente com a sociedade;
- Adesão à tecnologia a serviço da formação humana;
- Probidade administrativa;
- Valorização do ser humano;
- Observância dos valores éticos;
- Respeito à pluralidade e divergências de ideias, sem discriminação de qualquer natureza;
- Valorização do trabalho e responsabilidade funcional.

3.3.3. Missão institucional

Observadas a finalidade e as características atribuídas aos Centros Federais de Educação Tecnológica e a responsabilidade social de que essas se revestem, o CEFET/RJ assume como missão institucional:

Promover a educação mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão que propiciem, de modo reflexivo e crítico, na interação com a sociedade, a formação integral (humanística, científica e tecnológica, ética, política e social) de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento cultural, tecnológico e econômico dessa mesma sociedade.

3.3.4. Objetivos

Orientados pela legislação vigente, constituem objetivos prioritários do CEFET/RJ:

- Ministrar educação profissional técnica de nível médio, de forma articulada com o ensino médio, destinada a proporcionar habilitação profissional para diferentes setores da economia;
- Ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação lato sensu e stricto sensu;
- Ofertar educação continuada, por diferentes mecanismos, visando à atualização, ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais na área tecnológica;
- Realizar pesquisas, estimulando o desenvolvimento de soluções e estendendo seus benefícios à comunidade;
- Promover a extensão mediante integração com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida, desenvolvendo ações interativas que concorram para a transferência e o aprimoramento dos benefícios e conquistas auferidos na atividade acadêmica e na pesquisa aplicada;
- Estimular a produção cultural, o empreendedorismo, o desenvolvimento científico e tecnológico, o pensamento reflexivo, com responsabilidade social.

3.4. Gestão acadêmica da instituição

Segundo o Estatuto do CEFET/RJ, aprovado pela Portaria nº 3.796, de novembro de 2005 (Anexo III) do Ministério da Educação, a estrutura geral do CEFET/RJ compreende:

I. Órgão colegiado: Conselho Diretor

II. Órgãos executivos:

a) Diretoria Geral:

- i. Vice-Diretoria Geral;
- ii. Assessorias Especiais
- iii. Gabinete

b) Diretorias de Unidades de Ensino

c) Diretorias Sistêmicas

- i. Diretoria de Administração e Planejamento
 - ii. Diretoria de Ensino
 - iii. Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
 - iv. Diretoria de Extensão
 - v. Diretoria de Gestão Estratégica
- III. Órgãos de controle: Auditoria Interna

A figura a seguir ilustra o organograma funcional do CEFET/RJ, com todas as suas diretorias sistêmicas e Unidades.

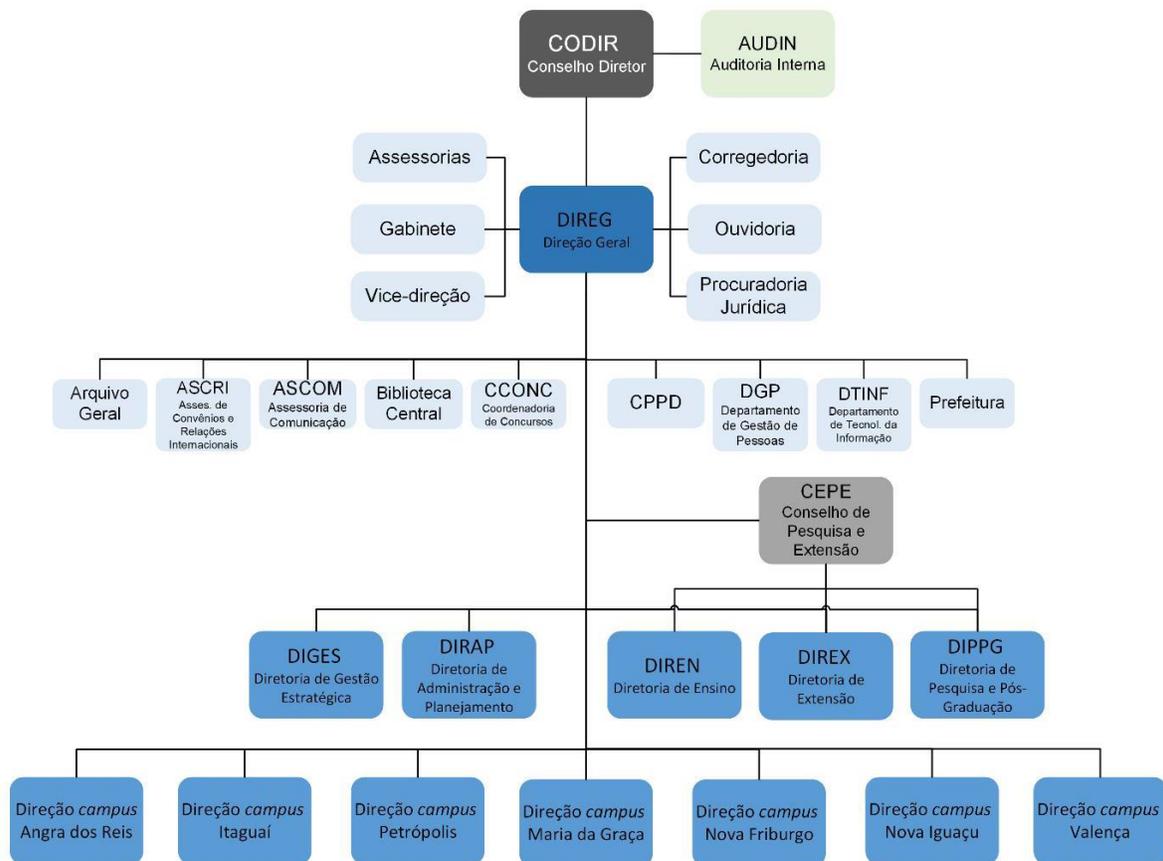


Fig. 3 – Organograma Geral do Cefet/RJ

À Direção-Geral (DIREG) compete a direção administrativa e política do Centro. À Assessoria Jurídica compete desenvolver trabalhos e assistência relacionados a assuntos de natureza jurídica definidos pelo Diretor-Geral e de interesse do CEFET/RJ.

A Diretoria de Administração e Planejamento (DIRAP) é o órgão encarregado de prover e executar as atividades relacionadas à administração, gestão de pessoal e planejamento orçamentário do CEFET/RJ e sua execução financeira e contábil.

A Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação (DIPPG) é o órgão responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de apoio e desenvolvimento da pesquisa e do ensino de pós-graduação do CEFET/RJ, devendo estar em consonância com as diretrizes da Diretoria de Ensino e da Diretoria de Extensão.

A Diretoria de Extensão (DIREX) é o órgão responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de apoio e desenvolvimento da extensão do CEFET/RJ, devendo estar em consonância com as diretrizes da Diretoria de Ensino e Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

A Diretoria de Gestão Estratégica (DIGES) é o órgão responsável pela coordenação da elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional, acompanhamento da execução dos planos e projetos e fornecimento oficial das informações sobre o desempenho do CEFET/RJ.

A Diretoria de Ensino (DIREN) é o órgão responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de apoio e desenvolvimento do ensino do CEFET/RJ, devendo estar em consonância com as diretrizes da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação e Diretoria de Extensão.

Administrativamente, a Uned Maria da Graça possui o seguinte organograma:

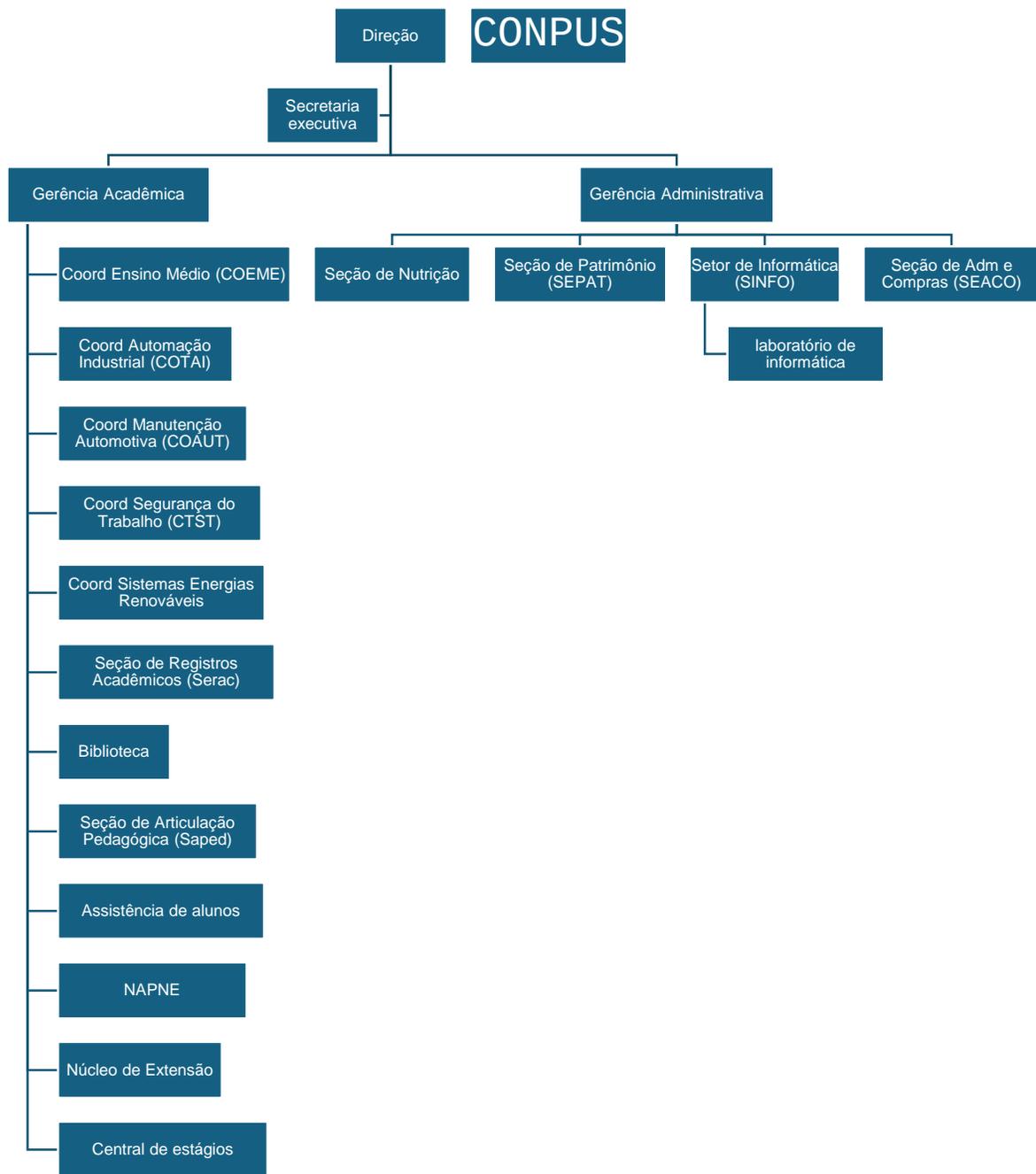


Fig. 4 – Organograma da Uned Maria da Graça

3.4.1. Legislação

O Projeto Pedagógico dos cursos de Educação Profissional Técnica foi desenvolvido com base no Estatuto e no Regimento próprios do CEFET/RJ e considerando o seguinte embasamento legal:

Leis:

1. Lei Federal nº 7.410, de 27 de novembro de 1985 – Dispõe sobre a Especialização de Engenheiros e Arquitetos em Engenharia de Segurança do Trabalho, a Profissão de Técnico de Segurança do Trabalho, e dá outras providências.

2. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Estabelece as Diretrizes e Bases para a Educação Nacional.

3. Lei nº 10.793, de 1º de dezembro de 2003 – Altera a redação do art. 26, que dispõe sobre a Educação Física no projeto pedagógico da escola e altera a redação do art. 26, § 3.º, e do art. 92 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", e dá outras providências.

4. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 – Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

5. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 – Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e nº 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6 da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001 e dá outras providências.

6. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 – Trata da Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

7. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 – Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.

8. Lei nº 13.006, de 26 de junho de 2014 – Acrescenta § 8º ao art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica.

9. Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017 – Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Decretos:

1. Decreto nº 92.530, de 09 de abril de 1986 – Regulamenta a Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985, que dispõe sobre a especialização de Engenheiros e Arquitetos em Engenharia de Segurança do Trabalho, a profissão de Técnico de Segurança do Trabalho e dá outras providências.

2. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004 – Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

3. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 – Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

4. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 – Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.

5. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 – Dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

6. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 – Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

Resoluções:

1. Resolução CNE/CEB nº 1, de 21 de janeiro de 2004 – Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos.

2. Resolução CNE/CEB nº 2, de 4 de abril de 2005 – Modifica a redação do § 3º do artigo 5º da Resolução CNE/CEB nº 1/2004 até nova manifestação sobre estágio supervisionado pelo Conselho Nacional de Educação.

3. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004 – Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

4. Resolução CNE/CEB nº 2, de 15 de dezembro de 2020 – Aprova a quarta edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

5. Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012 – Apresenta as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

6. Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de janeiro de 2021 – Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

7. Resolução nº 19/2024 CEPE/CEFET/RJ, de 21 de novembro de 2024 – Dispõe sobre os procedimentos necessários ao registro e convalidação das Práticas Profissionais previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos de nível médio do Cefet/RJ.

Portarias:

1. Portaria MPT nº 671, de 08 de novembro de 2021 – Regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista, à inspeção do trabalho, às políticas públicas e às relações de trabalho.

As propostas apresentadas neste projeto estão em consonância com o PDI, PPI e o PPP, considerando a articulação entre estes três documentos, e com as orientações estabelecidas pelo MEC na elaboração das Diretrizes Curriculares, uma vez que:

- Demonstram a preocupação com a qualidade do Curso de Técnico de modo a permitir o alinhamento das contínuas modificações do mercado de trabalho;
- Ressaltam a necessidade da formação de um profissional generalista que irá buscar na Educação Continuada, conhecimentos específicos e especializados;
- Apontam a necessidade de desenvolvimento e aquisição de novas habilidades para além do ferramental técnico da profissão;

- Discutem a necessidade de adaptação do conteúdo programático às novas realidades que se apresentam ao CEFET/RJ, passando estas adaptações inclusive pela criação de novas disciplinas ou modificação das cargas horárias já existentes.

4. ORGANIZAÇÃO DO CURSO DE TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

4.1. Concepção do curso

4.1.1. Justificativa e pertinência do curso

É sabido o destaque dado ao Brasil no que concerne a incidência de acidentes do trabalho, sendo considerados os acidentes típicos e de trajeto, as doenças ocupacionais e os óbitos.

As estatísticas têm mostrado que os registros desses acidentes nos colocam, sistematicamente, entre os países que mais registram esses infortúnios no mundo, posição que poderia ser ainda pior se todos os acidentes ocorridos fossem notificados e se o universo de trabalhadores abrangidos pelas estatísticas não estivesse aquém da força de trabalho realmente existente no país (as estatísticas de acidentes do trabalho brasileiras são feitas apenas sobre a massa de trabalhadores contribuintes da Previdência Social, isto é, cerca de 1/2 da população economicamente ativa).

Dados oficiais mostram que o Brasil possui um dos dez maiores contingentes de trabalhadores do mundo e está entre os dez países com maior registro de acidentes do trabalho. Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) relatam a ocorrência de mais de 1,2 milhão de mortes por acidente do trabalho no mundo, registrando duas mortes por minuto. Segundo a OIT, as principais causas dos acidentes são a deterioração das condições de trabalho causadas pela globalização e pela liberalização dos mercados, o desrespeito ao direito de segurança do trabalhador e a falta de cumprimento da lei ou regulamentação adequada de segurança.

Diante dessa situação, torna-se imperioso priorizar ações e adotar políticas mais contundentes para a prevenção dos fatores de risco incidentes nos locais de trabalho. É relevante mencionar que, no presente mercado globalizado, as relações comerciais bilaterais estão,

também, levando em consideração padrões de exigência quanto às condições do meio ambiente de trabalho e do meio ambiente natural no qual se produziu o bem ou o serviço.

A educação é uma das ações mais importantes que se pode implementar para tentar reverter este quadro. Neste contexto, conforme relatado nos Referenciais Curriculares Nacionais para o Ensino Técnico, fica claro o espaço para uma participação efetiva do profissional técnico em segurança do trabalho no que se refere ao planejamento dos procedimentos preventivos nos locais de trabalho.

4.1.2. Projeto Pedagógico do Curso

O presente documento se constitui do Projeto Pedagógico de Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Curso Técnico em Segurança do Trabalho na forma subsequente e presencial.

Este projeto, em conformidade com as Leis e Resoluções que orientam a educação brasileira atualmente, propõe-se a apresentar em uma única compilação os planos de cursos entregues pelos respectivos Coordenadores de Curso – e que estão disponíveis para apreciação – a esta Gerência Acadêmica.

4.1.2.1. Objetivos do curso

O objetivo geral do curso é formar técnicos em segurança do trabalho que se articulem com as necessidades do meio ambiente e da segurança e saúde do trabalhador, atendendo à demanda do mercado de trabalho por especialistas em planejamento e execução de medidas técnicas e preventivas contra os riscos ocupacionais.

Como objetivos específicos o curso se propõe:

Auxiliar na formulação de políticas consistentes de segurança do trabalho, meio ambiente e saúde ocupacional;

- Colaborar para o gerenciamento preventivo dos riscos presentes nos ambientes de trabalho e relacionados aos processos produtivos;

- Contribuir para a redução dos índices de acidentes do trabalho, pela melhoria das condições de segurança dos locais onde se processam atividades laborativas.

O ambiente de trabalho seguro, obtido pela adoção de medidas que neutralizam ou eliminam os riscos associados às atividades de trabalho, pelo técnico de segurança do trabalho, é capaz de:

- Possibilitar o aumento da produtividade, pois não há interrupção do trabalho por conta da ocorrência de acidentes;
- Promover o bem-estar dos trabalhadores, impedindo-os de se acidentarem ou de contrair doenças ocupacionais;
- Evitar as perdas que todo acidente gera para a empresa e para o país;
- Melhorar a imagem da empresa perante os seus acionistas e sociedade, condição de valor num mercado competitivo e que tem procurado seletivamente parceiros que mostrem qualidade e eficiência na gestão da segurança e saúde no trabalho;
- Prevenir e atuar nas situações em que o trabalho possa provocar danos à natureza.

4.1.2.2. Perfil do Egresso

Ao concluir o curso de técnico de Segurança do Trabalho, o profissional deverá apresentar um conjunto de competências que o habilitarão a desempenhar as suas atividades nessa área. É esperado dele a capacidade de:

- Condução de trabalho técnico em segurança do trabalho.
- Operação de instrumentos de avaliação ambiental.
- Assessoramento na execução das Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho.

A segurança do trabalho é uma atividade que busca introduzir no setor produtivo, incluindo aí os trabalhadores e a direção da empresa, conceitos fundamentais sobre a prevenção de acidentes. Sabe-se que são elevados os índices de acidentes do trabalho e que este quadro, para ser revertido, deve ter uma ação compartilhada de todos os segmentos da organização. Por esta razão, cabe ao técnico de segurança do trabalho promover a conscientização coletiva na

busca de resultados nesta área e saber “vender” que a prevenção da integridade física e da saúde das pessoas no ambiente de trabalho é tarefa de todos, não só dele.

Dentro dos modernos conceitos de gestão, este profissional atua como consultor de segurança, orientando e aconselhando sobre a forma de agir para garantir a prática de atividades seguras. Neste contexto, o egresso deste curso deverá aplicar os conceitos das relações humanas para envolver as pessoas que executam atividades na empresa. A capacidade de promover reuniões, realizar palestras e treinamentos e de criar estratégias para informar aos trabalhadores sobre os prejuízos que os acidentes do trabalho causam, e que a sua ação ou omissão são condições valorizadas neste processo, destacam-se entre as suas habilidades.

Com forte presença nos ambientes de produção, o técnico deve ser capaz de compreender sua responsabilidade na condução da aplicação dos preceitos preventivistas, a fim de minimizar a incidência dos riscos profissionais.

4.1.2.3. Competências, habilidades e atividades desenvolvidas.

Na empresa, o técnico estará vinculado a um serviço especializado. Poderá, no entanto, exercer atividades de consultoria externa. Em qualquer caso, a autonomia será uma aliada com a qual deverá contar para atuar, sobretudo quando da ocorrência de emergências.

Saber interpretar a legislação específica que rege esta área é uma competência que o técnico deverá saber desempenhar, assim como a utilização dos instrumentos de avaliação dos riscos ambientais, de tal modo que possa circunscrever medidas adequadas de proteção individual ou coletiva.

O profissional de segurança do trabalho atua em todas as atividades econômicas e em todas as áreas. Diante do processo permanente de evolução tecnológica dos equipamentos e máquinas que operam nas indústrias, o técnico de segurança do trabalho deve ser permeável à leitura do funcionamento destes novos produtos, para conhecer sua engenharia, os riscos que eventualmente oferece aos seus operadores e saber adotar os mecanismos de prevenção pertinentes.

De um modo geral, incluem-se, também, entre as competências do técnico de segurança do trabalho:

- Elaborar e implementar políticas de saúde no trabalho, identificando variáveis de controle e ações educativas para prevenção e manutenção da qualidade de vida do trabalhador.
- Desenvolver ações educativas na área de saúde e segurança do trabalho. - Investigar, analisar e recomendar medidas de prevenção e controle de acidentes.
- Realizar estudo da relação entre ocupações dos espaços físicos com as condições necessárias.
- Promover a saúde e proteger a integridade do trabalhador em seu local de atuação.
- Analisar os métodos e os processos laborais.
- Identificar fatores de risco de acidentes do trabalho, de doenças profissionais e de trabalho e de presença de agentes ambientais agressivos ao trabalhador.
- Realizar procedimentos de orientação sobre medidas de eliminação e neutralização de riscos.
- Elaborar procedimentos de acordo com a natureza da empresa.
- Promover programas, eventos e capacitações de prevenção de riscos ambientais.
- Divulgar normas e procedimentos de segurança e higiene ocupacional.
- Indicar, solicitar e inspecionar equipamentos de proteção coletiva e individual contra incêndio.
- Levantar e utilizar dados estatísticos de doenças e acidentes de trabalho para ajustes das ações preventivas.
- Produzir relatórios referentes à segurança e à saúde do trabalhador.

4.1.2.4. Certificação Intermediária

Com o objetivo de atender uma demanda crescente por profissionais em determinadas áreas do mercado de trabalho, o curso habilita o aluno a obter Certificação Intermediária ao ser aprovado no 2º período do curso. A certificação intermediária tem por finalidade evidenciar que o aluno apresenta qualificação e domínio dos saberes básicos na área, certificando-o para atuar no mundo do trabalho, ao longo da sua formação.

A certificação intermediária tem por objetivo:

- Manter o compromisso do Cefet/RJ com a comunidade local e com o mundo do trabalho;
- Validar os conhecimentos e saberes para o desempenho de determinada atividade profissional de modo significativo aos estudantes;
- Possibilitar a inserção do aluno em seu campo de formação;
- Propiciar reposicionamento profissional do estudante-trabalhador;
- Proporcionar a atuação do estudante no mundo do trabalho, ao longo do processo formativo, ampliando as possibilidades de melhoria de sua condição socioeconômica
- Estimular o estudante para a continuidade dos estudos e conclusão do curso Técnico.

A formação intermediária possível ao fim de completado o segundo período do curso é a de Auxiliar Técnico em Segurança do Trabalho.

O Curso oferece ao aluno ao concluir o último período e tendo cumprido a prática profissional, ser diplomado como Técnico em Segurança do Trabalho.

4.2. Dados do curso

4.2.1. Formas de ingresso

O ingresso no Curso de Educação Profissional Técnica Subsequente de Nível Médio se dá por meio de concurso público de seleção, cujas normas e procedimentos são tornados públicos em Edital. Requisito de acesso: Ensino Médio completo.

4.2.2. Horário de funcionamento

Noturno

4.2.3. Estrutura organizacional do curso

Como os demais cursos técnicos do Cefet/RJ, o Curso Técnico de Segurança do Trabalho possui um coordenador de curso, um coordenador substituto e um coordenador de laboratório. Ao coordenador de curso cabe a execução de ações didático-administrativas, em consonância com seu colegiado e as diretrizes da instituição, para o bom andamento do curso (elaboração de horários, controle de frequência, reuniões com a chefia imediata, entre outros). O coordenador substituto, assume as funções do coordenador quando da sua ausência. Ao coordenador de laboratório cabe a assessoria ao coordenador de curso no tocante, principalmente, às necessidades técnicas e didáticas dos laboratórios do curso (equipamentos, requisição de material, patrimônios, material didático para as práticas, elaboração de tarefas de laboratório com a ajuda do colegiado, entre outros).

4.3. Estrutura curricular

4.3.1. Organização curricular

A concepção do currículo do Curso Técnico em Segurança do Trabalho está estruturada para uma educação técnica em segurança do trabalho subsequente ao ensino médio, promovendo a formação de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento cultural, tecnológico e econômico da sociedade.

O Curso Técnico em Segurança do Trabalho dispõe de disciplinas de saúde, segurança do trabalho, legislação, meio ambiente, psicologia, higiene do trabalho e dos diversos ramos de atividade.

4.3.1.1. Atividades e aulas não presenciais

Respeitados os mínimos previstos de duração e carga horária, o plano de curso técnico, ofertado na modalidade presencial, pode prever carga horária na modalidade a distância, até o limite indicado no CNCT, ou em outro instrumento que venha a substituí-lo, desde que haja suporte tecnológico e seja garantido o atendimento por docentes e tutores.

Como indicado no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (Resolução CNE/CEB no 2, de 15 de dezembro de 2020), o curso técnico em Segurança do Trabalho prevê até 20% da sua carga horária total em atividades não presenciais. A critério da coordenação e em atendimento as necessidades pedagógicas do curso, as atividades não presenciais serão desenvolvidas ao longo do curso. Serão utilizados o suporte e as ferramentas tecnológicas adotadas na instituição, que se encontram disponíveis aos estudantes e professores para a elaboração das atividades não presenciais.

4.3.2 Prática Profissional Orientada

O curso técnico será contemplado com uma disciplina denominada “Prática Profissional Orientada” em cada semestre letivo. Esta disciplina, não presencial, possibilitará criar uma ação interdisciplinar entre os diversos conteúdos profissionalizantes do curso, além de proporcionar ao aluno a oportunidade de desenvolver suas habilidades na área de Segurança do Trabalho, através de aplicações práticas, de forma a prepará-lo para o exercício profissional nas empresas e/ou outros ambientes laborativos.

Os alunos deverão desenvolver atividades teóricas e práticas, orientadas pelos professores do CTST, por meio de projetos interdisciplinares, a serem realizados dentro ou fora das instalações do Cefet/RJ.

Para ser aprovado na disciplina, o aluno deverá cumprir com as atividades teóricas e práticas, dentro do prazo estabelecido pelo professor orientador, e obter nota mínima 6,0 (seis).

A disciplina não é presencial e absorve 240h do curso, portanto, corresponde aos 20% que podem ser desenvolvidos à distância.

4.3.3. Prática profissional

No exercício da autonomia da instituição educacional na concepção, elaboração, execução, avaliação e revisão do seu Projeto Político Pedagógico (PPP), construído como instrumento de referência de trabalho da comunidade escolar, respeitadas a legislação e as normas educacionais e ainda, as orientações do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) e as especificidades de cada curso e em consonância com a Resolução CEPE/CEFET/RJ

19/2024, de 21 de novembro de 2024, a Prática Profissional deve estar prevista na organização curricular dos cursos de Educação Profissional e Tecnológica. Deve ainda estar relacionada aos seus fundamentos técnicos, científicos e tecnológicos, orientada pelo trabalho como princípio educativo e pela pesquisa como princípio pedagógico, que possibilitam ao educando se preparar para enfrentar o desafio do desenvolvimento da aprendizagem permanente, integrando as cargas horárias mínimas de cada habilitação profissional técnica e tecnológica.

É obrigatório o cumprimento de 320 horas de Prática Profissional, nas suas diversas possibilidades, segundo regulamentação em vigor no CEFET/RJ.

A prática profissional supervisionada na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Tecnológica compreende diferentes situações de vivência profissional, aprendizagem e trabalho, como possibilidades de aproveitamento para a prática profissional e devem, obrigatoriamente, ser correlatas à área técnica de higiene e segurança do trabalho.

São consideradas atividades de prática profissional:

- a) Até 320 horas de estágio supervisionado relacionados às atividades de formação do curso técnico em segurança do trabalho, com apresentação do respectivo relatório descritivo das atividades;
- b) Até 320 horas de exercício de atividade de Jovem Aprendiz ou Trainee, relacionado às atividades de formação do curso técnico em segurança do trabalho, com apresentação do respectivo relatório descritivo das atividades;
- c) Até 320 horas de atuação profissional relacionada às atividades de formação do curso técnico em segurança do trabalho com apresentação do respectivo relatório descritivo das atividades;
- d) Até 320 horas para elaboração de trabalho de conclusão de curso (TCC) relacionado às atividades de formação do curso técnico em segurança do trabalho. Este trabalho deve ser aprovado mediante apresentação de trabalho escrito e sua respectiva defesa oral para uma banca, com no mínimo, três professores;
- e) Até 160 horas para projetos de pesquisa, da área de higiene e segurança do trabalho, relacionados às atividades de formação do curso técnico em segurança do trabalho;
- f) Até 160 horas para projetos de extensão, da área de higiene e segurança do trabalho, relacionados às atividades de formação do curso técnico em segurança do trabalho;
- g) Até 100 horas de serviço voluntário de caráter sócio comunitário, da área de higiene e segurança do trabalho, relacionados às atividades de formação do curso técnico em segurança do trabalho;

- h) Até 60 horas para monitorias de disciplinas técnicas envolvendo atividades de laboratório do curso técnico em segurança do trabalho;
- i) Até 60 horas de visitas técnicas supervisionadas às empresas e indústrias, realizadas no período do curso, relacionados às atividades de formação do curso técnico em segurança do trabalho;
- j) Até 60 horas dedicadas a pesquisas individuais e em equipes vinculadas a projetos institucionais ou em instituições parceiras do Cefet/RJ, relacionados às atividades de formação do curso técnico em segurança do trabalho;
- k) Até 100 horas de cursos extraclasse de aperfeiçoamento na área de higiene e segurança do trabalho, mediante Certificações e realizados na Fundacentro, SECONCI, CREA, ANANTE, ABMT, ABERGO, ABPA, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, Firjan e no Sistema S (Sesi, Senai, Senac). Cursos realizados em outras instituições para serem aproveitados deverão passar por avaliação do corpo docente do curso técnico em segurança do trabalho;

Todas as atividades de prática profissional acima descritas para que sejam contabilizadas, deverão possuir comprovação, com a respectiva descrição da carga horária da atividade.

4.3.3.1. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso deverá necessariamente ser desenvolvido na área de conhecimento de higiene e segurança do trabalho, mediante orientação de um dos professores do colegiado do curso técnico em segurança do trabalho.

O trabalho deverá ser apresentado **individualmente**, por escrito, seguindo as regras da ABNT, e deverá também ser defendido oralmente em uma banca de defesa, composta por, no mínimo, três professores que atuam na área da higiene e segurança do trabalho.

O trabalho poderá ser considerado: aprovado; aprovado com restrições ou reprovado.

Será considerado aprovado o trabalho que obtiver, no mínimo, nota 7,0. Será considerado *aprovado com restrições* o trabalho que obtiver a nota entre 5,0 e 6,9, ficando condicionado o cumprimento das restrições da banca, em 30 dias, pelo aluno para seu orientador. Será considerado reprovado o aluno que obtiver nota inferior a 4,9.

A nota de TCC (NTCC) de cada membro de um grupo será composta pela média ponderada de três componentes: Nota do Orientador (NO), com peso 1, Nota do Trabalho Escrito (NE) com peso 2 e Nota de Apresentação (NA) com peso 2. Essas componentes são descritas a seguir:

I. A NO corresponde à nota atribuída exclusivamente pelo(s) orientador(es). A NO é relativa ao desempenho do discente durante o desenvolvimento do trabalho.

II. A NE corresponde à nota atribuída pelos membros da banca avaliadora. Cada membro da banca definirá uma nota para o trabalho escrito. A componente NE será calculada como a média aritmética dessas notas.

III. A NA corresponde à nota atribuída pelos membros da banca avaliadora. Cada membro da banca definirá uma nota relativa à fase de apresentação, incluindo a desenvoltura e respostas dadas pelo discente. A componente NA será calculada como a média aritmética dessas.

As notas componentes para cada membro do grupo serão definidas pela Banca Examinadora na fase de deliberação da Defesa de Projeto Final e registradas na Ata de Defesa.

Caso o aluno tenha sido considerado reprovado, poderá uma única vez, dentro de 60 dias contados da data da reprovação, com a anuência do seu orientador, apresentar um novo trabalho escrito e solicitar a marcação de uma nova defesa oral.

O Professor Orientador deverá ser o Presidente da Banca Examinadora. Em caso de impedimento da participação do Professor Orientador na Banca Examinadora, este deverá ser substituído pelo Coordenador do curso ou por um professor indicado por este.

A defesa do trabalho de conclusão de curso é um ato público. A defesa poderá ocorrer na modalidade presencial, na modalidade remota síncrona ou em modalidade híbrida, entendendo-se esta última como uma combinação das modalidades presencial e remota síncrona, a critério da coordenação. Em casos especiais, fazendo-se necessário o sigilo para proteção de direitos de propriedade intelectual, a Defesa do TCC poderá ser feita em ato fechado, com assinatura de termo de sigilo pelos membros da Banca Examinadora. A reprodução pública da apresentação é condicionada à aprovação expressa da cessão de seus direitos de imagem pelos alunos e pelos membros da Banca Examinadora.

A defesa oral do TCC deverá ser realizada até seis meses após a conclusão das disciplinas do curso.

4.3.4. Grade curricular

GRADE DAS DISCIPLINAS								
Nº de Disciplinas	Disciplinas do Núcleo Técnico	Tempos de Aula e Horas por Semana						
		1º Sem.	2º Sem.	3º Sem.	4º Sem.	CH	Carga Horária (60 min)	Carga Horária (50 min. hora-aula)
1	Legislação e Normas Técnicas I	2				2	30	36
2	Promoção da Saúde I	2				2	30	36
3	Higiene e Segurança do Trabalho I	2				2	30	36
4	Gestão Integrada de QSMS I	2				2	30	36
5	Meio Ambiente e Sustentabilidade	2				2	30	36
6	Práticas Instrumentais I	2				2	30	36
7	Administração Aplicada à ST I	2				2	30	36
8	Ergonomia	2				2	30	36
9	Prática Profissional Orientada I	4				4	60	72
10	Legislação e Normas Técnicas II		2			2	30	36
11	Promoção da Saúde II		2			2	30	36
12	Higiene e Segurança do Trabalho II		2			2	30	36
13	Construção Civil I		2			2	30	36
14	Prevenção e Combate a Incêndio I		2			2	30	36
15	Práticas Instrumentais II		2			2	30	36
16	Administração Aplicada à ST II		2			2	30	36
17	APH		2			2	30	36
18	Prática Profissional Orientada II		4			4	60	72
19	Construção Civil II			2		2	30	36
20	Promoção da Saúde III			2		2	30	36
21	Higiene e Segurança do Trabalho III			2		2	30	36
22	Gestão Integrada de QSMS II			2		2	30	36
23	Prevenção e Combate a Incêndio II			2		2	30	36
24	Práticas Instrumentais III			2		2	30	36
25	Administração Aplicada à ST III			2		2	30	36
26	Fiscalização I			2		2	30	36
27	Prática Profissional Orientada III			4		4	60	72
28	Construção Civil III				2	2	30	36
29	Promoção da Saúde IV				2	2	30	36
30	Higiene e Segurança do Trabalho IV				2	2	30	36
31	Gestão Integrada de QSMS III				2	2	30	36
32	Prevenção e Combate a Incêndio III				2	2	30	36

33	Fiscalização II				2	2	30	36
34	Administração Aplicada à ST IV				2	2	30	36
35	Biossegurança				2	2	30	36
36	Prática Profissional Orientada IV				4	4	60	72
TOTAL PARCIAL		20	20	20	20	80	1200	1400
PRÁTICA PROFISSIONAL							320	
TOTAL GERAL							1520	

4.3.5. Componentes curriculares

1º período/Semestre	Código	STLNT I	LEGISLAÇÃO E NORMAS TÉCNICAS I	Carga Horária	36 h/a
EMENTA					
<ul style="list-style-type: none"> - Histórico das Legislações Trabalhista e Previdenciária; - Constituição Federal Brasileira de 1988 - CF (noções); - Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT (noções); - Lei nº 6.514 de 22/11/1977. - Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST), aprovada pelo Decreto nº 7.602 de 2011. - Competências dos órgãos do governo, entidades públicas e privadas ligados à saúde e segurança do trabalhador - Caracterização do direito do trabalho; Origem e Evolução do direito do trabalho. - Fontes e princípios do direito do trabalho. - Interpretação, integração e aplicação do direito do trabalho. - Prescrição e decadência no direito do trabalho. - Relação de emprego – caracterização. - Relações de trabalho lato sensu - O empregado e o empregador - Trabalhadores especiais - Jornada de trabalho - Remuneração e Salário 					

OBJETIVOS

- Familiarizar os alunos com o arcabouço jurídico trabalhista de interesse na área de segurança e saúde no trabalho;
- Introduzi-los na legislação e na regulamentação afetas à segurança e saúdeno trabalho, observada a sua hierarquia;
- Capacitar o futuro profissional quanto à aplicabilidade, na dinâmica do mundodo trabalho, dos conceitos técnicos e jurídicos contidos nos diversos textos constitucional, legislativo e regulamentar.

BIBLIOGRAFIA

Ministério do Trabalho e Previdência Social: **Portaria n° 3214 de 1978, Normas Regulamentadoras.**
Legislação de Segurança e Medicina do Trabalho – **Normas Regulamentadoras da Portaria n° 3214 de 08 de Junho de 1978** – Editoras Atlas ou Saraiva (atualizada anualmente).
CAMISASSA – M.Q. **Segurança e Saúde no Trabalho** – NR's 01 a 36 –Comentadas e Descomplicadas – Editora Método – São Paulo, 2015.
DELGADO, Maurício José Godinho. Curso de Direito do Trabalho. 20.ed., rev., atual. E ampl. São Paulo: JusPodivm, 2023.
BOMFIM, Vólia. Direito do Trabalho. 20 ed., rev, atual. Ampl. Rio de Janeiro: método, 2024.

1º Período/Semestre	Código	STPSD I	PROMOÇÃO da SAÚDE I	Carga Horária	36 h/a
---------------------	--------	---------	---------------------	---------------	--------

EMENTA

- Conceitos de saúde assistencial x Saúde ocupacional
- Lei 8080/ Sistema Único de Saúde
- Programas de promoção da saúde e qualidade de vida;
- Políticas de saúde pública;(tabagismo; etilismo; toxicomanias)
- Doenças do trabalho x doenças ocupacionais

OBJETIVOS

- Proporcionar conhecer e aplicar o conhecimento básico dos conceitos de saúde e doença às relações interpessoais, visando melhorar a qualidade de vida das pessoas nos ambientes de trabalho;
- Capacitar o aluno a reconhecer os desvios de comportamento mais usuais, buscando a sua correção, para evitar danos à saúde, conflitos e absenteísmo no trabalho;
- Reconhecer aspectos psicológicos negativos capazes de interferir na saúde integral dos trabalhadores e na sua vida de relação;
- Aplicar técnicas de comunicação e treinamento que permitam a consecução do trabalho de forma mais segura.

BIBLIOGRAFIA

- RIBEIRO J.R.C. **Manual Básico de Socorro e Emergência**. 2 ed. São Paulo: Atheneu, 2017.
- MARTINI, Antonio Carlos Turiani; SILVEIRA, C.E.C. **Manual de Primeiros Socorros**. São Paulo, Corpus, 2007.
- BRASIL_Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Higienização das mãos em serviços de saúde**/ Agência Nacional de Vigilância Sanitária. – Brasília: Anvisa, 2007.
- BUONO NETO, A.; BUONO, E. A.. **Primeiros socorros e prevenção de acidentes de trabalho e domésticos**. São Paulo: Ed. LTr, 2003.
- BRASIL_Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. FIOCRUZ. Vice residência de Serviços de Referência e Ambiente. Núcleo de Biossegurança. NUBio. Manual de Primeiros Socorros. Rio de Janeiro. Fundação Oswaldo Cruz, 2003.
- MACIEL, O. Guia de primeiros socorros. São Paulo: Ed. LTr, 2003.
- BERGERON, J. David e Bizjak, G. Primeiros Socorros. São Paulo: Atheneu, 1999. Oliveira, M. Fundamentos do Socorro Pré-Hospitalar. 3ª Ed. Chapecó: Grifos, 1999.

1º Período/Semestre	Código	STHST I	HIGIENE e SEGURANÇA DO TRABALHO I	Carga Horária	36 h-a
------------------------	--------	---------	--	------------------	--------

EMENTA

- Higiene do Trabalho
- Definições de higiene do trabalho/ ocupacional;
- As etapas de antecipação, reconhecimento, avaliação e controle de riscos;
- Insalubridade - NR15
- Normas técnicas da Fundacentro
- Noções luminotécnicas, ventilação
- Noções PPRA
- Edificações;
- transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais;
- Atividades e operações perigosas;
- Explosivos;
- Segurança e saúde no trabalho com inflamáveis e combustíveis;
- Trabalho a céu aberto;
- Segurança e saúde ocupacional na mineração.

OBJETIVOS

- Introduzir o aluno no estudo circunstanciado de Normas Regulamentadorasafetas à segurança e saúde no trabalho, no Brasil.
- Conhecer a definição de Higiene do Trabalho e identificar suas principais características e aspectos
- Conhecer o conjunto de normas e procedimentos voltados para a proteção da integridade física e da saúde do trabalhador
- Conhecer os diversos agentes ambientais presentes nos locais de trabalho, osriscos gerados por eles e astécnica de medição e controle, com o objetivo de evitar doenças ocupacionais.

BIBLIOGRAFIA

Site do Ministério do Trabalho e Previdência Social: **Normas Regulamentadoras da Portaria 3214 de 08 de Junho de 1978** – Ed. Atlas ou Saraiva.
CAMISASSA – M.Q. Segurança e Saúde no Trabalho – NRs 01 a 36 –
Comentadas e Descomplicadas – Editora Método – São Paulo – 2015.
MORAES, G.A. **Legislação de Segurança e Saúde no Trabalho**. Rio de Janeiro, Ed. Gerenciamento Verde, 8ª ed., 2011.
CARDELLA, B. **Segurança no Trabalho e Prevenção de Acidentes**. Editora Atlas, 1ªed

1º Período/Semestre	Código	STGIS I	GESTÃO INTEGRADA DE QSMS I	Carga Horária	30 h-a
------------------------	--------	---------	-------------------------------------	------------------	--------

EMENTA

- A evolução da segurança do trabalho;
- Acidentes de Trabalho (conceitos: preventivista, legal e normativo);
- Comunicação de acidentes de trabalho (CAT);
- Cadastro de Acidente - procedimento e classificação;
- Causas de acidentes: desvios das boas práticas de SMS,
- Consequências do acidente: lesão pessoal e prejuízo material;
- Estatística de Acidentes de Trabalho no mundo e no Brasil;
- Taxas de frequência e gravidade

OBJETIVOS

- Estimular o aluno à busca do conhecimento da gênese da segurança do trabalho e sua evolução;
- Compreender a dinâmica dos acidentes de trabalho, o conceito legal e normativo, bem como suas causas e concausas;
- Capacitar o aluno a realizar investigações pertinentes e estatísticas relacionadas com a ocorrência de acidentes do trabalho e doenças profissionais.

BIBLIOGRAFIA

Legislação de Segurança e Medicina do Trabalho – **Normas Regulamentadoras da Portaria nº 3214 de 08 de Junho de 1978** – Editoras Atlas ou Saraiva.

CAMISASSA – M.Q. **Segurança e Saúde no Trabalho - NRs 01 a 36 – Comentadas e Descomplicadas** – Editora Método – São Paulo – 2015

MORAES, G.A. **Legislação de Segurança e Saúde no Trabalho**. Rio de Janeiro, Ed. Gerenciamento Verde, 8ª ed., 2011.

ABNT NBR n.º 14280: 2001 – **Cadastro de Acidente - Procedimento e Classificação**.

SALIBA, Tuffi Messias; SALIBA, Sofia C. Reis. **Legislação de Segurança, Acidente do Trabalho e Saúde do Trabalhador**. São Paulo, Editora LTr, 1ª Edição, 2002.

ZOCCHIO, A. **Prática da Prevenção de Acidentes**. Editora Atlas. 7ª Edição.

CARDELLA, B. **Segurança no Trabalho e Prevenção de Acidentes**. Editora Atlas, 1ª ed.

CORREA, A. **Manual de Prevenção de Acidentes do Trabalho**. Editora Atlas, 1ª ed.

1º Período/Semestre	Código	STMAS	MEIO AMBIENTE e SUSTENTABILIDADE	Carga Horária	36 h-a
<p>EMENTA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conceitos sobre meio ambiente, desenvolvimento e sustentabilidade; - Os principais problemas ambientais no mundo e no Brasil; - Política e Sistema Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938, de 17/01/1981); - Legislação ambiental; - Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, relativa a Crimes Ambientais; - Aspectos e impactos ambientais; - Licenciamento Ambiental (Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação); - Diretrizes para elaboração do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, e - Gestão das emissões atmosféricas, efluentes líquidos e resíduos. - Proteção ao meio Ambiente e acordos globais (Clube de Roma - 1972, Relatório Brundtland -1987, Protocolo de Quioto – 1997, Agenda 21 – 1992, entre outros); - Biodiversidade; - Credito de carbono; - Técnicas de educação ambiental. 					
<p>OBJETIVOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Compreender os fenômenos mais contemporâneos ligados ao meio ambiente, aos recursos naturais renováveis, as políticas nacionais vigentes, bem como os impactos do desenvolvimento industrial sobre o mesmo; - Promover estudo circunstanciado da legislação afeta ao setor ambiental, assim como os mecanismos de sustentabilidade para minimizar tais impactos; - Capacitar o aluno a desenvolver programas de preservação ambiental e utilizar as ferramentas de gestão aplicáveis à educação ambiental sustentável. 					
<p>BIBLIOGRAFIA</p> <p>FILHO, Paulo Fernando Laval Heilbron et all. Segurança Nuclear e Proteção do Meio Ambiente. Editora E-papers, 2004.</p> <p>LIMA J. D. de. Gestão de resíduos sólidos urbanos no Brasil. João Pessoa: Ed. ABES, 2003.</p> <p>LORA, Electo Eduardo Silva. Prevenção e Controle da Poluição nos Setores Energético, Industrial e de Transporte. Rio de Janeiro, Editora Interciência, 2ª Edição, 2002.</p> <p>DI BERNARDO, L.; DI BERNARDO A.; CENTURIONE F. P. L. Ensaio de tratabilidade de água e dos resíduos gerados em estações de tratamento de água. São Carlos: Ed. Rima, 2002.</p>					

1º Período/Semestre	Código	STIPI	INTRODUÇÃO às PRÁTICAS INSTRUMENTAIS	Carga Horária	36 h-a
<p>EMENTA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Calibração de instrumentos (laboratório e campo) - Instrumentos de medição (laboratório e prática) - Ruído 					
<p>OBJETIVOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estimular o aluno ao aprendizado de técnicas de quantificação de riscos; - Familiarizar o aluno com manuseio de aparelhos de quantificação de riscos; - Promover a capacitação do aluno em relação as normas basilares de determinação de insalubridade no ambiente laboral; - Capacitar o aluno a realizar investigações pertinentes e estatísticas relacionadas com a ocorrência de acidentes do trabalho e doenças Profissionais por exposição a agentes de risco. 					
<p>BIBLIOGRAFIA</p> <p>Legislação de Segurança e Medicina do Trabalho – Normas Regulamentadoras da Portaria nº 3214 de 08 de Junho de 1978 – Editoras Atlas ou Saraiva.</p> <p>CAMISASSA – M.Q. Segurança e Saúde no Trabalho - NRs 01 a 36 – Comentadas e Descomplicadas – Editora Método – São Paulo – 2015</p> <p>MORAES, G.A. Legislação de Segurança e Saúde no Trabalho. Rio de Janeiro, Ed. Gerenciamento Verde, 8ª ed., 2011.</p> <p>ABNT NBR n.º 14280: 2001 – Cadastro de Acidente - Procedimento e Classificação.</p> <p>SALIBA, Tuffi Messias; SALIBA, Sofia C. Reis. Legislação de Segurança, Acidente do Trabalho e Saúde do Trabalhador. São Paulo, Editora LTr, 1ª Edição, 2002.</p> <p>ZOCCHIO, A. Prática da Prevenção de Acidentes. Editora Atlas. 7ª Edição.</p> <p>CARDELLA, B. Segurança no Trabalho e Prevenção de Acidentes. Editora Atlas, 1ª ed.</p> <p>CORREA, A. Manual de Prevenção de Acidentes do Trabalho. Editora Atlas, 1ª ed.</p> <p>Manuais de diversos equipamentos disponíveis na Coordenação do Curso.</p>					

1º Período/Semestre	Código	STAAS I	ADMINISTRAÇÃO APLICADA À SEGURANÇA DO TRABALHO I	Carga Horária	36 h-a
<p>EMENTA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conceitos e princípios da administração; - Teorias clássicas da administração; - Teorias humanísticas e modernas de administração; - Teoria de sistemas; - Teoria da contingência; - O desenvolvimento organizacional e administração por objetivos; 					
<p>OBJETIVOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Capacitar o aluno com a evolução histórica das teorias relacionadas com a Administração no mundo e no Brasil; - Realçar os entes normativos que praticam a administração de base da SST nas empresas e instituições. 					
<p>BIBLIOGRAFIA</p> <p>CHIAVENATO, I. – Administração, processo e prática, Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.</p> <p>Site do Ministério do Trabalho e Previdência Social: Portaria nº 3214 de 1978 NR's 4, 5, 7 e 9.</p> <p>SALIBA, T. M.; PAGANI, S. C. R. Legislação de segurança, acidente de trabalho e saúde do trabalho. 10ª Ed. São Paulo. Ed. LTr, 2014.</p> <p>SALIBA, T. M.; CORREA, M. A. C. Insalubridade e periculosidade: 13ª ed. São Paulo: Ed. LTr, 2014.</p> <p>SALIBA, T. M. Manual prático de higiene ocupacional e PPRA. 7ª ed. São Paulo: Ed. LTr, 2014.</p> <p>Norma OHSAS 18002: 2008 (Sistemas de gestão de saúde e segurança ocupacional – Diretrizes para a implantação da OHSAS 18001:2007).</p> <p>Norma OHSAS 18001: 2007 (Sistemas de gestão de saúde e segurança ocupacional – Requisitos).</p> <p>OLIVEIRA, C. L.; MINICUCCI, A. Prática da qualidade da segurança no trabalho: uma experiência brasileira. São Paulo: Ed. LTr, 2001.</p> <p>POSSEIBOM, W. L. P. Métodos para elaboração de programas. São Paulo: Ed. Atlas, 2001.</p> <p>Norma OIT: 2000 (Diretrizes sobre sistemas de gestão de segurança e a saúde no trabalho).</p>					

1º Período/Semestre	Código	STERG I	ERGONOMIA I	Carga Horária	36 h-a
<p>EMENTA</p> <ul style="list-style-type: none"> - - Introdução ao estudo da ergonomia, sua evolução histórica - - Ergonomia física, cognitiva e organizacional; - - A ergonomia na prevenção de acidentes; - - Organização e métodos de trabalho: fatores ambientais (iluminação, cores, conforto acústico, ventilação e conforto térmico) e fatores humanos no trabalho; - - Estudo dos riscos ergonômicos: monotonia, repetitividade, iluminação deficiente, trabalho em turnos, postura inadequada, excesso de força física; - - Antropometria aplicada, interação homem-máquina, posturas de trabalho e biomecânica ocupacional; - - Posto de trabalho e carga de trabalho; princípios fundamentais da intervenção ergonômica. - - AET (Análise Ergonômica do Trabalho) 					
<p>OBJETIVOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Despertar no aluno a observação interessada de um processo de trabalho do ponto de vista ergonômico; - Diagnosticar as condições de conforto dos trabalhadores sob o aspecto ergonômico, em conformidade com a legislação vigente; - Capacitar o aluno a intervir nas condições físicas do posto de trabalho, buscando a sua adaptação às condições psicofisiológicas dos trabalhadores. 					
<p>BIBLIOGRAFIA</p> <p>MÁSCULO, F.S.; VIDAL, M.C. Ergonomia: Trabalho adequado e eficiente. Abepro, Campus, 2011.</p> <p>ABRAHÃO, Júlia et al. Introdução à Ergonomia: da Prática à Teoria. São Paulo: Ed. Blücher, 2009.</p> <p>COLOMBINI, D.; OCCHIPINTI, E.; FANTI, M. Método OCRA para a análise e a prevenção do risco por movimentos repetitivos: Manual para a avaliação e a gestão do risco. São Paulo: Ed. LTr, 2008.</p> <p>PINHEIRO, A.K.S.; FRANÇA, M.B.A. Ergonomia aplicada à Anatomia e Fisiologia do Trabalho. Coleção Saúde e Segurança do Trabalhador. 1 ed. Vol.2.Goiânia: AB, 2006.</p> <p>KROEMER, K. H. E.; GRANDJEAN, E. Manual de ergonomia: adaptando o trabalho ao homem. Porto Alegre: Ed. Bookman, 2005.</p> <p>BERNARD, Weerdmeester; DUL, Jan. Ergonomia Prática. 2ª ed. São Paulo: Ed. Blücher, 2004.</p>					

- MENDES R. **Patologia do trabalho**. 2ª ed. São Paulo. Ed: Atheneu, 2003.
- MORAES, Ana maria de; MONT'ALVÃO, Cláudia. **Ergonomia: conceitos e aplicações**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Luser, 2003.
- VIDAL, M. C. R. **Guia para análise ergonômica do trabalho (AET) na empresa: uma metodologia realista, ordenada e sistematizada**. Rio de Janeiro: Ed. Virtual Científica, 2003.
- VIDAL, M. C. R. **Ergonomia na empresa: útil, prática e aplicada**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Virtual Científica, 2002.
- FUNDACENTRO. **Pontos de verificação ergonômica: soluções práticas e de fácil aplicação para melhorar a segurança, a saúde e as condições de trabalho**. São Paulo: Ed. Fundacentro, 2001.
- RIO, Rodrigo Pires do; PIRES, L. **Ergonomia: fundamentos da prática ergonômica**. 3ª ed. São Paulo: Ed. LTr, 2001.
- GRANDJEAN, E. **Manual de ergonomia: adaptando o trabalho ao homem**. 4ª ed. Porto Alegre: Ed. Bookman, 1998.
- IILDA, I. **Ergonomia: projeto e educação**. São Paulo: Ed. Edgard Blücher, 1993.
- MACHER, Cesar e outros. **Curso de engenharia de segurança do trabalho**. Vol. I, II, III, IV, V, e VI. São Paulo: Ed. Fundacentro, 1979.

1º Período/Semestre	Código	STPPO I	PRÁTICA PROFISSIONAL ORIENTADA I	Carga Horária	72 h-a
<p>EMENTA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dimensionamento, processo eleitoral, treinamento de componentes e funções dos componentes da CIPAs - Trabalhos integrados de SST, visando atuação profissional; - possíveis Vista técnicas a empresas; com elaboração de trabalhos de campo; - Participação do aluno na Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT) no Campus Maria da Graça / Cefet-RJ. 					
<p>OBJETIVOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Orientar o aluno na elaboração um projeto de Segurança e Saúde no Trabalho de forma técnica e científica. - Inserir o aluno na vida profissional através de experiências práticas. 					
<p>BIBLIOGRAFIA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Portaria MTE nº 3214/ 1978, - Normas regulamentadoras do trabalho – NR 5 CIPA. 					

2º Período/Semestre	Código	STLNT II	LEGISLAÇÃO E NORMAS TÉCNICAS II	Carga Horária	36 h-a
<p>EMENTA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Férias; - Responsabilidade Civil dos Acidentes de Trabalho; - Saúde e segurança do trabalhador; - FGTS, Aviso prévio. - Término do Contrato de Trabalho - Greve - Noções de direito previdenciário 					
<p>OBJETIVOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Familiarizar os alunos com o arcabouço jurídico de interesse na área de segurança e saúde no trabalho; - Proporcionar a expansão do universo jurídico de SST, nele incorporando normas elaboradas por outras entidades nacionais reconhecidas; - Capacitar o futuro profissional quanto à aplicabilidade, na dinâmica do mundo do trabalho, dos conceitos técnicos e jurídicos contidos nos diversos textos constitucional, legislativo e regulamentar. 					
<p>BIBLIOGRAFIA</p> <p>Ministério do Trabalho e Previdência Social: Portaria nº 3214 de 1978, Normas Regulamentadoras.</p> <p>Legislação de Segurança e Medicina do Trabalho – Normas Regulamentadoras da Portaria nº 3214 de 08 de Junho de 1978 – Editoras Atlas ou Saraiva (atualizada anualmente).</p> <p>CAMISASSA – M.Q. Segurança e Saúde no Trabalho – NR's 01 a 36 – Comentadas e Descomplicadas – Editora Método – São Paulo, 2015.</p> <p>DELGADO, Maurício José Godinho. Curso de Direito do Trabalho. 20.ed., rev., atual. E ampl. São Paulo: JusPodivm, 2023.</p> <p>BOMFIM, Vólia. Direito do Trabalho. 20 ed., rev, atual. Ampl. Rio de Janeiro: método, 2024.</p>					

2º Período/Semestre	Código	STPSD II	PROMOÇÃO da SAÚDE II	Carga Horária	36 h-a
<p>EMENTA</p> <ul style="list-style-type: none"> - - Doenças relacionadas ao ambiente e processos de trabalho em saúde; - - Noções sobre agentes físicos, químicos e biológicos causadores de doenças. - - Estudos da Ler/Dorts (Doenças osteomusculares relacionadas ao trabalho) - - Fadiga (crônica, visual , etc.) - - Trabalho em turnos e noturno - - Surdez Ocupacional - -PCMSO 					
<p>OBJETIVOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Proporcionar conhecer e aplicar o conhecimento básico dos conceitos de saúde e doença às relações interpessoais, visando melhorar a qualidade de vida das pessoas nos ambientes de trabalho; - Capacitar o aluno a reconhecer os desvios de comportamento mais usuais, buscando a sua correção, para evitar danos à saúde conflitos e absenteísmo no trabalho; 					
<p>BIBLIOGRAFIA</p> <p><i>Site do Ministério do Trabalho e Previdência Social: Portaria nº 3214/78, NR 7 e outras;</i></p> <p>Legislação de Segurança e Medicina do Trabalho – NORMAS REGULAMENTADORAS DA PORTARIA Nº 3214 / 78 – Editoras Atlas ou Saraiva (atualizadas anualmente)</p> <p>SALIBA, T.M.; PAGANI, S.C.R. LEGISLAÇÃO DE SEGURANÇA, ACIDENTED O TRABALHO E SAÚDE DO TRABALHO. 10ª Edição. São Paulo .Editora LTR</p> <p>GARCIA G.F.B. ACIDENTES DO TRABALHO: DOENÇAS OCUPACIONAIS E NEXO TÉCNICO EPIDEMIOLÓGICO</p>					

2º Período/Semestre	Código	STHST II	HIGIENE e SEGURANÇA DO TRABALHO II	Carga Horária	36 h-a
<p>EMENTA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Princípios básicos de física pertinentes aos agentes em estudo; - Principais atividades e operações a onde se encontram esses agentes de risco; - Vibrações de baixa frequência (de corpo inteiro) e de alta frequência (localizada); - Normas técnicas - Avaliação da exposição; - vibração (acelerômetros); - Metodologia de avaliação ambiental; - Medidas de controle; - Iluminação - Conceituação geral; - Normas técnicas - Projetos de iluminamento; - Equipamento de medição (luxímetro); - Metodologia de avaliação ambiental, e - Medidas de controle. - Pressões Anormais - Conceituação geral; - Princípios de fisiologia e anatomia humana; - Principais atividades e operações a onde se encontram esse agente de risco. - Prática de mergulho autônomo. - Metodologia de avaliação ambiental; - Medidas de controle; 					

<p>OBJETIVOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conhecer a definição de Higiene do Trabalho e identificar suas principais características e aspectos; - Conhecer o conjunto de normas e procedimentos voltados para a proteção da integridade física e da saúde do trabalhador; - Conhecer os diversos agentes ambientais presentes nos locais de trabalho, os riscos gerados por eles e as técnicas de medição e controle, com o objetivo de evitar doenças ocupacionais.
--

BIBLIOGRAFIA

- Site do Ministério do Trabalho e Previdência Social: **Normas Regulamentadoras da Portaria 3214 de 08 de Junho de 1978** – Ed. Atlas ou Saraiva.
- CAMISASSA – M.Q. **Segurança e Saúde no Trabalho – NRs 01 a 36 – Comentadas e Descomplicadas** – Editora Método – São Paulo – 2015.
- MORAES, G.A. **Legislação de Segurança e Saúde no Trabalho**. Rio de Janeiro, Ed. Gerenciamento Verde, 8ª ed., 2011.
- CARDELLA, B. **Segurança no Trabalho e Prevenção de Acidentes**. Editora Atlas, 1ª ed.
- NR 15 Atividades e operações insalubres.
- ABHO. **Limites de exposição ocupacional (TLVs) para substâncias químicas e agentes físicos e índices biológicos de exposição (BEIs) da ACGIH**. São Paulo: Ed. ABHO, 2016.
- SALIBA, T. M. **Aposentadoria especial**. 3ª ed. São Paulo: Ed. LTr, 2014.
- SALIBA, T. M. **Manual prático de avaliação e controle de vibração**. 3ª ed. São Paulo: Ed. LTr, 2014.
- SALIBA, T. M. **Prova pericial em segurança e higiene**. São Paulo: Ed. LTr, 2014.
- SALIBA, T. M; CORRÊA, M. A. C. **Manual prático de higiene ocupacional e PPRA**. 6ª ed. São Paulo: Ed. LTr, 2014.
- SALIBA, T. M. **Manual prático de avaliação e controle de ruído – PPRA**. 8ª ed. São Paulo: Ed. LTr, 2014.
- MARANO, V.P. **Doenças ocupacionais**. São Paulo: Ed. LTr, 2003.
- MENDES, R. **Patologia do trabalho**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Atheneu, 2003
- GERGES, S. N. Y. **Ruído – Fundamentos e controle**. Florianópolis: 2003.

2º Período/Semestre	Código		Construção Civil I	Carga Horária	36 h-a
<p>EMENTA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Autorização, Capacitação e Aptidão - Planejamento e Organização - Sistemas de Proteção Contra Quedas - SPQ - Emergência e Salvamento - Campo de Aplicação - Execução das atividades - Equipamentos e cordas - Resgate e Condições impeditivas - SISTEMAS DE ANCORAGEM 					
<p>OBJETIVOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Compreender a dinâmica do funcionamento das empresas de construção civil em relação à segurança do trabalho - entender a missão da empresa no tocante a segurança e saúde do trabalho missão da empresa - Capacitar o aluno a realizar adequações operacionais do setor da construção civil na área de segurança do Trabalho relacionadas com a ocorrência de acidentes do trabalho e doenças Profissionais e/ou do Trabalho. - Capacitar o aluno para a gestão de assuntos atinentes às normas de segurança, meio ambiente e saúde aplicadas à construção civil. 					
<p>BIBLIOGRAFIA</p> <p>Legislação de Segurança e Medicina do Trabalho – Normas Regulamentadoras da Portaria nº 3214 de 08 de Junho de 1978 – Editoras Atlas ou Saraiva.</p> <p>CAMISASSA – M.Q. Segurança e Saúde no Trabalho - NRs 01 a 36 – Comentadas e Descomplicadas – Editora Método – São Paulo – 2015</p> <p>MORAES, G.A. Legislação de Segurança e Saúde no Trabalho. Rio de Janeiro, Ed. Gerenciamento Verde, 8ª ed., 2011.</p> <p>ABNT NBR n.º 14280: 2001 – Cadastro de Acidente - Procedimento e Classificação.</p> <p>SALIBA, Tuffi Messias; SALIBA, Sofia C. Reis. Legislação de Segurança, Acidente do Trabalho e Saúde do Trabalhador. São Paulo, Editora LTr, 1ª Edição, 2002.</p> <p>ZOCCHIO, A. Prática da Prevenção de Acidentes. Editora Atlas. 7ª Edição.</p> <p>CARDELLA, B. Segurança no Trabalho e Prevenção de Acidentes. Editora Atlas, 1ª ed.</p> <p>CORREA, A. Manual de Prevenção de Acidentes do Trabalho. Editora Atlas, 1ª ed.</p>					

2º Período/Semestre	Código	STPCI I	INTRODUÇÃO À PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO I	Carga Horária	36 h-a
<p>EMENTA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Proteção Contra Incêndios; - A história do fogo e os grandes incêndios; - A físico-química do fogo; - As características da combustão; - As classes de fogo - Os limites de inflamabilidade/ explosividade; - Classes de incêndio e agentes extintores; 					
<p>OBJETIVOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conhecer os elementos envolvidos na dinâmica do fogo, - Promover o conhecimento uniforme das características físico-química da reação de combustão. - Evidenciar a importância do conhecimento das diversas classes de fogo à recarga dos extintores. 					
<p>BIBLIOGRAFIA</p> <p>CAMILLO JUNIOR, A.B. Manual de Prevenção e Combate a Incêndios. 6ª edição, São Paulo: Editora Senac, 2006.</p> <p>GONÇALVES, E.A. Manual de Segurança e Saúde no Trabalho. SP, Ed LTr, 2012.</p> <p>GOMES, Ary G. Sistemas de Prevenção Contra Incêndio. Interciência.</p> <p>PEREIRA, Áderson Guimarães; POPOVIC, Raphael Rodriguez. Tecnologia em Segurança Contra Incêndio. Ed. LTr, Edição 2007.</p> <p>BRASIL_Ministério do Trabalho e Emprego. Normas Regulamentadoras da Portaria 3214 de 1978, NR-20 - Líquidos Combustíveis e Inflamáveis, de 29 de fevereiro de 2012.</p> <p>BRASIL_Ministério do Trabalho e Emprego. Normas Regulamentadoras da Portaria 3214 de 1978, NR-23 - Proteção Contra Incêndios, de 06 de maio de 2011.</p> <p>NFPA, National Fire Protection Association. NFPA 101: Life Safety Code. 2009 Edition.</p> <p>SFPE, Society of Fire Protection Engineers. SFPE Handbook of Fire Protection Engineering. 2008 Edition.</p> <p>BRENTANO T. Instalações Hidráulicas de Combate a Incêndios nas edificações. 5ª ed. Rio Grande do Sul: Ed. PUCRS, 2015.</p> <p>BRENTANO T. A proteção contra incêndios no projeto de Edificações. 3ª ed. Rio Grande do Sul: Ed. PUCRS, 2015.</p>					

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS. **Manual de prevenção e combate a incêndio**. São Paulo: Ed. IPT 1994.

HANSSEN, C. A. **Proteção contra incêndios no projeto**. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 1992.

BERTO, A.F. **Segurança contra incêndio no projeto arquitetônico de edifícios**. Revista Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, 989.

CAMILO JÚNIOR, A. B. **Manual de prevenção e combate a incêndios**. São Paulo: Ed. Senac, 1988.

FUNDACENTRO. **Manual básico de proteção contra incêndios**. São Paulo: Ed. Fundacentro, 1987.

MACHER, Cesar e outros. **Curso de engenharia de segurança do trabalho**. Vol.

I, II, III, IV, V, e VI. São Paulo: Ed. Fundacentro, 1979.

Normas técnicas da ABNT pertencentes ao CB 24 – Comitê Brasileiro de segurança Contra Incêndio.

PEREIRA, A. G. **Segurança contra incêndio**. São Paulo: Ed. LTr, 2009.

SEITU, A. I; GILL A. A. *et alli*. **A Proteção contra incêndio no Brasil**. São Paulo: Ed. projeto, 2008.

2º Período/Semestre	Código	STPIN II	PRÁTICAS INSTRUMENTAIS II	Carga Horária	36 h-a
<p>EMENTA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Iluminância - Luxímetro e outros aparelhos de avaliação de agentes de risco - Temperaturas extremas (calor e frio), aparelhos de avaliação - Aulas práticas com manuseio de aparelhos de avaliação de riscos - Medidas de estresse térmico - Elaboração de laudo técnico 					
<p>OBJETIVOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aplicar técnicas de comunicação e treinamento que permitam a consecução do trabalho de forma mais segura. - Familiarizar o aluno com manuseio e uso de aparelhos de avaliação de agentes de risco 					
<p>BIBLIOGRAFIA</p> <p>BINDER, M. C. Árvore de Causas: Método de Investigação de Acidentes. São Paulo: Ed. Limiar, 1999.</p> <p>CUNHA, J. Noções de Prevenção e Controle de Perdas em SST. São Paulo: Ed. Senac, 1999.</p> <p>DE CICCIO, F.; FANTAZZINI, M.L. Manual sobre sistemas de gestão da segurança e saúde no trabalho: A primeira norma de âmbito mundial para certificação de sistemas de gestão da SST - OHSAS 18001. (Volume III) São Paulo. Ed. Risk Tecnologia, 1999.</p> <p>PALADY, P. F. Análise dos Módulos de Falhas e Efeitos. São Paulo: Ed. IMAN, 1997.</p> <p>DE CICCIO, F.; FANTAZZINI, M.L. Técnicas modernas de gerência de riscos. São Paulo: Ed. IBGR, 1985.</p> <p>MORAES, G.A. Legislação de Segurança e Saúde no Trabalho. Rio de Janeiro, Ed. Gerenciamento Verde, 8ª ed., 2011.</p> <p>SALIBA, Tuffi Messias; SALIBA, Sofia C. Reis. Legislação de Segurança, Acidente do Trabalho e Saúde do Trabalhador. São Paulo, Editora LTr, 1ª Edição, 2002.</p>					

2º Período/Semestre	Código	STAAS II	ADMINISTRAÇÃO APLICADA À SEGURANÇA DO TRABALHO II	Carga Horária	36 h-a
<p>EMENTA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Organização e manutenção do SESMT e da CIPA, seus aspectos éticos e sua relação com as demais áreas da empresa; - Relação custo-benefício (Prevenção x Acidente); - Programas legais de SST (noções); 					
<p>OBJETIVOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Capacitar os alunos com os princípios básicos a serem aplicados na administração Relacionada à Segurança e Saúde Ocupacionais - Realçar os entes normativos que praticam a administração de base da SST nas empresas e instituições; - Capacitar os alunos a prover recursos humanos e materiais necessários para a adequada administração em relação ao setor de SST; - Familiarizar os alunos com as entidades e associações nacionais e internacionais atuantes na área de SST. 					
<p>BIBLIOGRAFIA</p> <p>Site do Ministério do Trabalho e Previdência Social: Portaria N° 3214 de 1978, NR's 04, 05, 07 e 09.</p> <p>SALIBA, T. M.; PAGANI, S. C. R. Legislação de segurança, acidente de trabalho e saúde do trabalho. 10ª ed. São Paulo. Ed. LTr, 2014.</p> <p>SALIBA, T. M.; CORREA, M. A. C. Insalubridade e periculosidade: 13ª ed. São Paulo: Ed. LTr, 2014.</p> <p>SALIBA, T. M. Manual prático de higiene ocupacional e PPRA. 7ª ed. São Paulo: Ed. LTr, 2014.</p> <p>Norma OHSAS 18002: 2008 (Sistemas de gestão de saúde e segurança ocupacional – Diretrizes para a implantação da OHSAS 18001:2007).</p> <p>Norma OHSAS 18001: 2007 (Sistemas de gestão de saúde e segurança ocupacional – Requisitos).</p> <p>SHERIQUE J. Aprenda como fazer PPRA e PCMAT. São Paulo: Ed. LTr, 2002.</p> <p>SHERIQUE J. Aprenda como fazer Laudo Técnico e PPP. São Paulo: Ed. LTr, 2002.</p> <p>Norma OIT: 2000 (Diretrizes sobre sistemas de gestão de segurança e a saúde no trabalho).</p> <p>GONÇALVES, E. A. Manual de segurança e saúde do trabalho. São Paulo: Ed.</p>					

LTr, 2000.

ZOCCHIO, A. **Política de segurança e saúde no trabalho: elaboração, implantação e administração.** São Paulo: Ed. LTr, 2000.

PACHECO JR. W. **Gestão da segurança e higiene do trabalho.** São Paulo: Ed. Atlas, 2000.

OLIVEIRA, C. D. A. de. **Passo a passo da segurança do trabalho.** São Paulo: Ed.

LTr, 2000.

CARDELLA, B. **Segurança no trabalho e prevenção de acidentes: uma abordagem holística.** São Paulo: Ed. Atlas, 1999.

Norma BS 8800: 1996 (**Guia para sistemas de gestão saúde e segurança industrial**).

MACHER, Cesar e outros. **Curso de engenharia de segurança do trabalho.** Vol. I, II, III, IV, V, e VI. São Paulo: Ed. Fundacentro, 1979.

2º Período/Semestre	Código	STAPH	NOÇÕES DE ATENDIMENTO DE PRIMEIROS SOCORROS	Carga Horária	36 h-a
<p>EMENTA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conceito - Avaliação do Local - Cinemática do Trauma / Legislação - Avaliação inicial da vítima: prioridades no atendimento - Identificação da parada cardíaca - Identificação da parada respiratória - Identificação do estado de choque - Técnicas de reanimação cardiorrespiratória - Controle de hemorragias - atendimentos de emergências em ferimentos em geral - Imobilização de fraturas e correlatos - queimadura, convulsões, AVC, identificação de estado de choque - Desmaio e engasgo 					
<p>OBJETIVOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Despertar no aluno a observação interessada de um processo de trabalho do ponto de vista ergonômico; - Diagnosticar as condições de conforto dos trabalhadores sob o aspecto ergonômico, em conformidade com a legislação vigente; - Capacitar o aluno a intervir nas condições físicas do posto de trabalho, buscando a sua adaptação às condições psicofisiológicas dos trabalhadores. 					
<p>BIBLIOGRAFIA</p> <p>MÁSCULO, F.S.; VIDAL, M.C. Ergonomia: Trabalho adequado e eficiente. Abepro, Campus, 2011.</p> <p>ABRAHÃO, Júlia <i>et alli</i>. Introdução à Ergonomia: da Prática à Teoria. São Paulo: Ed. Blücher, 2009.</p> <p>COLOMBINI, D.; OCCHIPINTI, E.; FANTI, M. Método OCRA para a análise e a prevenção do risco por movimentos repetitivos: Manual para a avaliação e a gestão do risco. São Paulo: Ed. LTr, 2008.</p> <p>PINHEIRO, A.K.S.; FRANÇA, M.B.A. Ergonomia aplicada à Anatomia e Fisiologia do Trabalho. Coleção Saúde e Segurança do Trabalhador. 1 ed. Vol.2. Goiânia: AB, 2006.</p> <p>KROEMER, K. H. E.; GRANDJEAN, E. Manual de ergonomia: adaptando o trabalho ao homem. Porto Alegre: Ed. Bookman, 2005.</p>					

BERNARD, Weerdmeester; DUL, Jan. **Ergonomia Prática**. 2ª ed. São Paulo: Ed Blücher, 2004.

MENDES R. **Patologia do trabalho**. 2ª ed. São Paulo. Ed: Atheneu, 2003.

MORAES, Ana maria de; MONT'ALVÃO, C. **Ergonomia: conceitos e aplicações**3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Luser, 2003.

VIDAL, M. C. R. **Guia para análise ergonômica do trabalho (AET) na empresa: uma metodologia realista, ordenada e sistematizada**. Rio de Janeiro: Ed. Virtual Científica, 2003.

VIDAL, M. C. R. **Ergonomia na empresa: útil, prática e aplicada**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Virtual Científica, 2002.

FUNDACENTRO. **Pontos de verificação ergonômica: soluções práticas e de fácil aplicação para melhorar a segurança, a saúde e as condições de trabalho**. São Paulo: Ed. Fundacentro, 2001.

RIO, Rodrigo Pires do; PIRES, L. **Ergonomia: fundamentos da prática ergonômica**. 3ª ed. São Paulo: Ed. LTr, 2001.

GRANDJEAN, E. **Manual de ergonomia: adaptando o trabalho ao homem**. 4ª ed. Porto Alegre: Ed. Bookman, 1998.

IILDA, I. **Ergonomia: projeto e educação**. São Paulo: Ed. Edgard Blücher, 1993.

MACHER, Cesar e outros. **Curso de engenharia de segurança do trabalho**. Vol. I, II, III, IV, V, e VI. São Paulo: Ed. Fundacentro, 1979.

NR 17 Ergonomia.
Norma ABNT NBR 9050: 2004 **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**.

2º Período/Semestre	Código	STPPO II	PRÁTICA PROFISSIONAL ORIENTADA II	Carga Horária	72 h-a
<ul style="list-style-type: none"> - Composição do SESMT, dimensionamento, atribuições SESMT - Trabalhos integrados de SST, visando atuação profissional; - Visita técnicas a empresas; com elaboração de trabalhos de campo; - Participação do aluno na Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT) no Campus Maria da Graça / Cefet-RJ. 					
<p>OBJETIVOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Orientar o aluno na elaboração um projeto de Segurança e Saúde no Trabalho de forma técnica e científica. - Inserir o aluno na vida profissional através de experiências práticas. 					
<p>BIBLIOGRAFIA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Portaria MTE nº 3214/ 1978, - Normas regulamentadoras do trabalho - NR 5 CIPA. 					

3º Período/Semestre	Código	CONSTCV II	CONSTRUÇÃO CIVIL II	Carga Horária	36 h-a
<p>EMENTA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Instalações sanitárias - Componentes sanitários - Vestiários - Locais para refeições - Cozinhas - Alojamento - Vestimenta de trabalho - Disposições gerais 					
<p>OBJETIVOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Compreender a dinâmica do funcionamento das empresas de construção civil em relação à segurança do trabalho - entender a missão da empresa no tocante a segurança e saúde do trabalho missão da empresa - Capacitar o aluno a realizar adequações operacionais do setor da construção civil na área de segurança do Trabalho relacionadas com a ocorrência de acidentes do trabalho e doenças Profissionais e/ou do Trabalho. - Capacitar o aluno para a gestão de assuntos atinentes às normas de segurança, meio ambiente e saúde aplicadas à construção civil. 					

BIBLIOGRAFIA

Site do Ministério do Trabalho e Previdência Social: **Portaria nº 3214 de 1978, NR 24.**

Legislação de Segurança e Medicina do Trabalho – **Normas Regulamentadoras da Portaria nº 3214 de 08 de Junho de 1978** – Editoras Atlas ou Saraiva (atualizada anualmente).

CAMISASSA – M.Q. **Segurança e Saúde no Trabalho** – NR's 01 a 36 – Comentadas e Descomplicadas – Editora Método – São Paulo, 2015.

SALIBA, T. M.; PAGANI, S. C. R. **Legislação de segurança, acidente de trabalho e saúde do trabalho.** 10ª ed. São Paulo. Editora LTr, 2014.

GARCIA, G. F. B. **Acidentes do Trabalho: Doenças Ocupacionais e Nexo Técnico Epidemiológico.** 3ª ed. São Paulo: Editora Método, 2010.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF).

Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Lei nº 6.514 de 22 de dezembro de 1997, que alterou o Capítulo V da CLT.

Acidente de Trabalho - Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e posteriores alterações.

3º Período/Semestre	Código	STPSD III	PROMOÇÃO DA SAÚDE III	Carga Horária	36 h-a
<p>EMENTA</p> <p>Noções de Epidemiologia, conceitos Doenças em decorrência das pressões hiperbáricas Toxicologia Doenças em decorrência das Radiações Ionizantes e não Ionizantes - Dermatites e dermatoses ocupacionais.</p>					
<p>OBJETIVOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Permitir que o aluno desenvolva a capacidade de identificação e prevenção de trabalhos em situações de pressões hiperbáricas. - O objetivo do curso é capacitar técnicos em segurança do trabalho para identificar, avaliar e prevenir riscos ocupacionais à saúde dos trabalhadores. Serão abordados conceitos fundamentais de epidemiologia, toxicologia, doenças causadas por pressões hiperbáricas e radiações, além de dermatites ocupacionais, visando promover práticas seguras e melhorar a qualidade do ambiente de trabalho.. 					

BIBLIOGRAFIA

- CHIAVENATO, Idalberto, **Comportamento Organizacional: A Dinâmica do Sucesso das Organizações**, Rio de Janeiro, Elsevier, 2005.
- FREITAS, Isa Aparecida; ANDRADE, Jairo Eduardo Borges, **Efeitos de Treinamento nos Desempenhos Individual e Organizacional**, Brasília, 2004.
- GELIS FILHO, Antonio; BLIKSTEIN, Izidoro. **Comunicação assertiva e o relacionamento nas empresas**. GVExecutivo, v.12, n.2, p.28-31, 2013.
- LACERDA, Érika Rodrigues Magalhães; ABBAD, Gardênia, **Impacto do Treinamento no Trabalho: Investigando Variáveis Motivacionais e Organizacionais como suas Preditores**, Brasília, 2003.
- PIGNATARI, Décio, **Informação, Linguagem, Comunicação**, São Paulo, Ateliê Editorial, 2002.
- WEIL, Pierre; TOMPAKOW, Roland, **O Corpo Fala**, São Paulo, Vozes, 2011.

3º Período/Semestre	Código	STHST III	HIGIENE e SEGURANÇA DO TRABALHO III	Carga Horária	36 h-a
<p>EMENTA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Agentes químicos e aerodispersóides - Principais atividades onde se encontram estes agentes de risco - Normas Técnicas referentes aos agentes químicos - Metodologia de avaliação ambiental - Medidas de controle - -Radiação Ionizante: - Normas Técnicas - Radiação não ionizante: - Classificação das radiações não ionizantes, características e usos - Limites de tolerância no Brasil e limites de exposição no USA; - Classificação das substâncias químicas segundo o Anexo 11 da NR 15; 					
<p>OBJETIVOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Introduzir o aluno no estudo circunstanciado de Normas Regulamentadoras afetas à segurança e saúde no trabalho, no Brasil. - Conhecer a definição de Higiene do Trabalho e identificar suas principais características e aspectos - Conhecer o conjunto de Normas e Procedimentos voltados para proteção da integridade física e saúde do trabalhador - Conhecer os diversos agentes ambientais presentes no local de trabalho, os riscos gerados por eles e as técnicas de medição e controle. Com o objetivo de evitar doenças ocupacionais 					

BIBLIOGRAFIA

- Site do Ministério do Trabalho e Previdência Social: Normas Regulamentadoras da Portaria 3214 de 08 de Junho de 1978* – Ed. Atlas ou Saraiva.
- CAMISASSA – M.Q. **Segurança e Saúde no Trabalho – NRs 01 a 36 – Comentadas e Descomplicadas** – Editora Método – São Paulo – 2015.
- MORAES, G.A. **Legislação de Segurança e Saúde no Trabalho**. Rio de Janeiro, Ed. Gerenciamento Verde, 8ª ed., 2011.
- CARDELLA, B. **Segurança no Trabalho e Prevenção de Acidentes**. Editora Atlas, 1ª ed.
- NR 15, Atividades e operações insalubres
- ABHO. **Limites de exposição ocupacional (TLV's) para substâncias químicas, agentes físicos e índices biológicos de exposição (BEL's) da ACGIH**
- SALIBA, T.M. **Aposentadoria especial**, São Paulo: Ed LTR, 2014
- SALIBA, T.M.; CORRÊA, M.A.C. **Manual Prático de Higiene Ocupacional e PPRA**. 6ª Ed. São Paulo: Ed LTR

3º Período/Semestre	Código	STGIS II	GESTÃO INTEGRADA DE QSMS II	Carga Horária	36 h-a
<p>EMENTA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conceituação sobre perigo e risco; - Análise histórica de ocorrência de perdas e acidentes industriais; - A empresa como um sistema; - Confiabilidade industrial de equipamentos; - Técnicas aplicáveis a análise de risco: Análise histórica; lista de verificação (Checklist); E se ? (What if ?); identificação de Perigos (HAZID); Análise Preliminar de Perigos (APP); Análise Preliminar de Riscos (APR); Estudo de Perigos e Operabilidade (HAZOP); Análise de Modos e Efeito de Falhas (FMEA); Análise por Árvore de Falhas (FTA); Modelagem de efeitos físicos, tais como: propagação de incêndios, explosões, dispersão de gases inflamáveis, tóxicos e fumaças e modelagem de vulnerabilidade. - Investigação e análise de acidentes; - Inspeção de condições físicas das instalações; - Inspeções comportamentais; - Segurança no trânsito e direção defensiva; - Segurança em laboratórios, e - Trabalho com bloqueio de energias perigosas e etiquetagem. 					
<p>OBJETIVOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Capacitar o aluno a identificar e gerenciar perigos e riscos nas instituições, aplicando técnicas adequadas de análise crítica, e elaborando programas destinados a prevenir e controlar perdas em geral. 					
<p>BIBLIOGRAFIA</p> <p>Norma ABNT NBR ISO 31000 : 2009 Gestão de riscos – Princípios e diretrizes e suas alterações.</p> <p>DUARTE, M. Riscos Industriais: etapas para investigação e a prevenção de acidentes. Rio de Janeiro: Ed. Funenseg, 2002.</p> <p>DE CICCIO, F.; FANTAZZINI, M.L. Sistemas de gestão da segurança e saúde no trabalho: Diretrizes para a implementação da OHSAS 18001, OHSAS 18002. São Paulo: Ed. Risk Teclongia, 2001.</p>					

AMARAL, S.P. **Certificações ambientais x acidentes ambientais: considerações sobre um caso real ocorrido em uma unidade de negócio daPetrobras.** São Paulo, v. 33, nº 32, p. 66-70, set./out., 2001.
 VERITAS DET NORSKE. **Gestão do controle de perdas.** Administração moderna da segurança. São Paulo: DNV, 2000.

3º Período/Semestre	Código	STPCI I	PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO I	Carga Horária	36 h-a
<p>MENTA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conceitos básicos relativos à segurança contra incêndio; - Proteção Contra Incêndios; - A Legislação Estadual(COSCIP-RJ)e as normas técnicas da ABNT; - As Notas Técnicas do CBMERJ (Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro) - Brigadas de incêndio; - Saídas de emergência - Sinalização de emergência - Evacuação- 					
<p>OBJETIVOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conhecer os elementos envolvidos na dinâmica do fogo, inclusive métodos e processos utilizados no seu combate; - Promover o conhecimento uniforme das normas técnicas de segurança contra incêndios, inclusive a legislação estadual e as normas da ABNT; 					

BIBLIOGRAFIA

- CAMILLO JUNIOR, A.B. **Manual de Prevenção e Combate a Incêndios**. 6ª edição, São Paulo: Editora Senac, 2006.
- GONÇALVES, E.A. **Manual de Segurança e Saúde no Trabalho**. SP, Ed LTr, 2012.
- GOMES, Ary G. **Sistemas de Prevenção Contra Incêndio**. Interciência.
- PEREIRA, Áderson Guimarães; POPOVIC, Raphael Rodriguez. **Tecnologia em Segurança Contra Incêndio**. Ed. LTr, Edição 2007.
- BRASIL_Ministério do Trabalho e Emprego. **Normas Regulamentadoras da Portaria 3214 de 1978, NR-20 - Líquidos Combustíveis e Inflamáveis**, de 29 de fevereiro de 2012.
- BRASIL_Ministério do Trabalho e Emprego. **Normas Regulamentadoras da Portaria 3214 de 1978, NR-23 - Proteção Contra Incêndios**, de 06 de maio de 2011.
- NFPA, National Fire Protection Association. **NFPA 101: Life Safety Code**.2009 Edition.
- SFPE, Society of Fire Protection Engineers. **SFPE Handbook of Fire Protection Engineering**. 2008 Edition.
- BRENTANO T. **Instalações Hidráulicas de Combate a Incêndios nas edificações**. 5ª ed. Rio Grande do Sul: Ed. PUCRS, 2015.
- BRENTANO T. **A proteção contra incêndios no projeto de Edificações**. 3ª ed. Rio Grande do Sul: Ed. PUCRS, 2015.
- PEREIRA, A. G. **Segurança contra incêndio**. São Paulo: Ed. LTr, 2009. SEITU, A. I; GILL A. A. *et alli*. **A Proteção contra incêndio no Brasil**. SãoPaulo: Ed. projeto, 2008.
- INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS. **Manual de prevenção e combate a incêndio**. São Paulo: Ed. IPT 1994.
- HANSSSEN, C. A. **Proteção contra incêndios no projeto**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992.
- BERTO, A.F. **Segurança contra incêndio no projeto arquitetônico de edifícios**. Revista Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, 989.
- CAMILO JÚNIOR, A. B. **Manual de prevenção e combate a incêndios**. São Paulo: Ed. Senac, 1988.
- FUNDACENTRO. **Manual básico de proteção contra incêndios**. São Paulo: Ed. Fundacentro, 1987.
- MACHER, Cesar e outros. **Curso de engenharia de segurança do trabalho**. Vol. I, II, III, IV, V, e VI. São Paulo: Ed. Fundacentro, 1979. Normas técnicas da ABNT pertencentes ao CB 24 – Comitê Brasileiro de Segurança Contra Incêndio.

3º Período/Semestre	Código	STPIN II	PRÁTICAS INSTRUMENTAIS II Laboratório	Carga Horária	36 h-a
<p>EMENTA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apresentação de Seminários pelos alunos sobre manuseio de aparelhos de avaliação de riscos estudados. - Exercício de medidas em campo - Elaboração de laudo técnico 					
<p>OBJETIVOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aplicar técnicas de avaliação/ medição e treinamento que permitam a consecução do trabalho de forma mais segura. - Familiarizar o aluno com manuseio e uso de aparelhos de avaliação de agentes de risco - Familiarizar o aluno com a interpretação de manuais técnicos 					
<p>BIBLIOGRAFIA</p> <p>BINDER, M. C. Árvore de Causas: Método de Investigação de Acidentes. São Paulo: Ed. Limiar, 1999.</p> <p>CUNHA, J. Noções de Prevenção e Controle de Perdas em SST. São Paulo: Ed. Senac, 1999.</p> <p>DE CICCIO, F.; FANTAZZINI, M.L. Manual sobre sistemas de gestão da segurança e saúde no trabalho: A primeira norma de âmbito mundial para certificação de sistemas de gestão da SST - OHSAS 18001. (Volume III) São Paulo. Ed. Risk Tecnologia, 1999.</p> <p>PALADY, P. F. Análise dos Módulos de Falhas e Efeitos. São Paulo: Ed. IMAN, 1997.</p> <p>DE CICCIO, F.; FANTAZZINI, M.L. Técnicas modernas de gerência de riscos. São Paulo: Ed. IBGR, 1985.</p> <p>MORAES, G.A. Legislação de Segurança e Saúde no Trabalho. Rio de Janeiro, Ed. Gerenciamento Verde, 8ª ed., 2011.</p> <p>SALIBA, Tuffi Messias; SALIBA, Sofia C. Reis. Legislação de Segurança, Acidente do Trabalho e Saúde do Trabalhador. São Paulo, Editora LTr, 1ª Edição, 2002.</p>					

3º Período/Semestre	Código	STAAS III	ADMINISTRAÇÃO APLICADA À SEGURANÇA DO TRABALHO III	Carga Horária	36 h-a
<p>EMENTA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Indicadores de desempenho da segurança (reativos e pró-ativos); - Caracterização dos acidentes e incidentes; planos de emergência, - Erros humanos associados à ocorrência de incidentes do trabalho; - Definições importantes: perigo, risco, acidente, incidente, desvios, entre outros; - Conseqüências dos acidentes e incidentes; - Controle de perdas e danos, e - Ferramentas de análise de acidentes e incidentes: (diagrama de Ishikawa, diagrama de causa e efeito, teorias de controle de perdas de Frank Bird - dominós e de James Reason - queijo suíço. - Conceituação sobre perigo e risco; - Análise histórica de ocorrência de perdas e acidentes industriais; - Natureza dos riscos empresariais: riscos puros e especulativos; - Segurança de sistemas e subsistemas; - A empresa como um sistema; - Técnicas aplicáveis á análise de risco: Análise histórica; lista de verificação (Checklist); E se ? (What if ?); identificação de Perigos (HAZID); Análise Preliminar de Perigos (APP); Análise Preliminar de Riscos (APR); Estudo de Perigos e Operabilidade (HAZOP); Análise de Modos e Efeito de Falhas (FMEA); Análise por Árvore de Falhas (FTA); Modelagem de efeitos físicos, tais como: propagação de incêndios, explosões, dispersão de gases inflamáveis, tóxicos e fumaças e modelagem de vulnerabilidade. 					
<p>OBJETIVOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Capacitar o aluno a reconhecer e propor soluções contra falhas humanas e materiais que podem ensejar incidentes, acidentes, perdas e danos; - Estimular o aluno a desenvolver indicadores de desempenho pró-ativos e reativos, com ênfase na segurança do trabalho; - Promover o estudo circunstanciado das ferramentas de análise de incidentes, acidentes e suas conseqüências. 					
<p>BIBLIOGRAFIA</p> <p>BRASIL_MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL. Guia de análise de acidentes de trabalho – 2010.</p> <p>Norma ABNT NBR ISO 31000: 2009 Gestão de riscos – Princípios e diretrizes e suas alterações.</p>					

VERITAS DET NORSKE. **Gestão do controle de perdas. Administração**

moderna da segurança. São Paulo: Ed. DNV, 2000.

BINDER, M. C. **Árvore de Causas: Método de Investigação de Acidentes.** São Paulo: Ed. Limiar, 1999.

CUNHA, J. **Noções de Prevenção e Controle de Perdas em SST.** São Paulo: Ed. Senac, 1999.

DE CICCIO, F.; FANTAZZINI, M.L. **Manual sobre sistemas de gestão da segurança e saúde no trabalho: A primeira norma de âmbito mundial para certificação de sistemas de gestão da SST - OHSAS 18001.** (Volume III) São Paulo. Ed. Risk Tecnologia, 1999.

PALADY, P. F. **Análise dos Módulos de Falhas e Efeitos.** São Paulo: Ed. IMAN, 1997.

DE CICCIO, F.; FANTAZZINI, M.L. **Sistemas de gestão de segurança e saúde no trabalho: A nova norma BS 8800.** (Volume II). São Paulo: Ed. Risk Tecnologia, 1996.

INTERNACIONAL LOSS CONTROL INSTITUTE (ILCI). **Auditoria de segurança usando o cis.** 6ª ed. Atlanta : ILCI, 1995.

DAGHLIAN, J. **Lógica e Algebra de Boole.** 4ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1995.

INTERNACIONAL LOSS CONTROL INSTITUTE (ILCI). **Auditoria do sistema de classificação.** 6ª ed. Atlanta: ILCI, 1994.

DE CICCIO, F.; FANTAZZINI, M.L. **Técnicas modernas de gerência de riscos.** São Paulo: Ed. IBGR, 1985.

DE CICCIO, F. M.; FANTAZZINI, M. L. **Prevenção e Controle de Perdas: uma abordagem integrada.** São Paulo: Ed. Fundacentro, 1991.

MACHER, Cesar e outros. **Curso de engenharia de segurança do trabalho.** Vol. I, II, III, IV, V, e VI. São Paulo: Ed. Fundacentro, 1979.

Norma Técnica P 4.261:2003 - **Manual de Orientação para a Elaboração de Estudos de Análise de Risco da Agência Ambiental do Estado de São Paulo.**
BIRD, Frank. E.; LOFTUS, Robert G. **Loss control management.** Logranvile :

ILCI, 1976. 215 p.

Planos de emergências de diversos polos industriais do Brasil.

Normas da ABNT pertencentes à Comissão de Estudo Especial de Gestão de Riscos - CEE 63.

3º Período/Semestre	Código	FISC I	FISCALIZAÇÃO E PENALIDADES I	Carga Horária	60 h-a
<p>EMENTA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Objetivo - Definições - Caracterização do Grave e Iminente Risco - Requisitos de embargo e interdição - Disposições Finais. - Estudos de casos - Caracterização da Penalidade 					
<p>OBJETIVOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - O objetivo desta disciplina é fornecer aos alunos o conhecimento necessário para identificar, avaliar e gerenciar situações de grave e iminente risco no ambiente de trabalho. Através de definições técnicas, caracterização dos riscos, requisitos para embargo e interdição, análise de casos práticos e entendimento das penalidades associadas, os alunos serão capacitados a tomar decisões informadas para garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores, respeitando as disposições legais e regulamentações vigentes. 					

BIBLIOGRAFIA

RIBEIRO J.R.C. **Manual Básico de Socorro e Emergência**. 2 ed. São Paulo: Atheneu, 2017.

MARTINI, Antonio Carlos Turiani; SILVEIRA, C.E.C. **Manual de Primeiros Socorros**. São Paulo, Corpus, 2007.

BRASIL_Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Higienização das mãos em serviços de saúde/** Agência Nacional de Vigilância Sanitária. – Brasília: Anvisa, 2007.

BUONO NETO, A.; BUONO, E. A.. **Primeiros socorros e prevenção de acidentes de trabalho e domésticos**. São Paulo: Ed. LTr, 2003.

BRASIL_Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. FIOCRUZ. Vice Presidência de Serviços de Referência e Ambiente. Núcleo de Biossegurança. NUBio. **Manual de Primeiros Socorros**. Rio de Janeiro. Fundação Oswaldo Cruz, 2003.

MACIEL, O. **Guia de primeiros socorros**. São Paulo: Ed. LTr, 2003.

BERGERON, J. David e Bizjak, G. **Primeiros Socorros**. São Paulo: Atheneu, 1999.

Oliveira, M. **Fundamentos do Socorro Pré-Hospitalar**. 3ª Ed. Chapecó: Grifos, 1999.

3º Período/Semestre	Código	STPPO III	PRÁTICA PROFISSIONAL ORIENTADA III	Carga Horária	72 h-a
<p>EMENTA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Inventário de risco, GHR, PGR - Visita técnicas a empresas; com elaboração de trabalhos de campo; - Trabalhos técnicos a serem realizados nos laboratórios do CTST e nas dependências do Cefet-RJ. - Participação do aluno na Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT) no Cefet-RJ.. 					
<p>OBJETIVOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Orientar o aluno na elaboração um projeto de Segurança e Saúde no Trabalho de forma técnica e científica. - Inserir o aluno na vida profissional através de experiências práticas. 					

BIBLIOGRAFIA

- Portaria MTE nº 3214/ 1978, NR 5 – CIPA.

BRASIL MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL. **Norma Regulamentadora nº 07, Portaria MTE nº 3214/78.** Brasília: 2016

BRASIL MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL. **Norma Regulamentadora nº 32,** Portaria MTE nº 3214/78. Brasília: 2016

FUNDACENTRO. **Manual de orientação sobre controle médico ocupacional da exposição a substâncias químicas.** São Paulo: Ed. Fundacentro, 2014.

ESTEVES, Árina Aline De Antoni Amantéa Viena. **Doenças ocupacionais: agindo preventivamente.** São Paulo: Saraiva, 2014

FUNDACENTRO. **Manual para interpretação das informações sobre substâncias químicas.** São Paulo: Ed. Fundacentro, 2012.

FUNDACENTRO. **Marmorarias - Manual de referência: recomendações de segurança e saúde no trabalho.** São Paulo: Ed. Fundacentro, 2012.

FUNDACENTRO. **Sílica: Manual do trabalhador.** São Paulo: Ed. Fundacentro, 2010.

FUNDACENTRO. **O ruído nas obras da construção civil e o risco de surdez ocupacional.** São Paulo: Ed. Fundacentro, 2008.

MARTINI, Antonio Carlos Turiani; SILVEIRA, C.E.C. **Manual de Primeiros Socorros.** São Paulo, Corpus, 2007.

4º Período/Semestre	Código	CONSTC V III	CONSTRUÇÃO CIVIL III	Carga Horária	36 h-a
<p>EMENTA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Campo de aplicação e Responsabilidades - Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) - Áreas de vivência - Instalações elétricas <hr/> <ul style="list-style-type: none"> - Etapas de obra - Escadas, rampas e passarelas - Medidas de proteção contra quedas de altura - Máquinas, equipamentos e ferramentas - Movimentação e transporte de materiais e pessoas (elevadores) - Andaimos e plataformas de trabalho - Sinalização de segurança - Capacitação - Serviços em flutuantes - Disposições gerais - Disposições transitórias - Recomendacoes Tecnicas de Precedimentos - Fundacentro. 					
<p>OBJETIVOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Familiarizar os alunos com o arcabouço jurídico trabalhista e previdenciário de interesse na área de segurança e saúde no trabalho; - Introduzi-los na legislação e na regulamentação afetas à segurança e saúde no trabalho, observada a sua hierarquia; - Capacitar o futuro profissional quanto à aplicabilidade, na dinâmica do mundo do trabalho, dos conceitos técnicos e jurídicos contidos nos diversos textos constitucionais, legislativos e regulamentares. <ul style="list-style-type: none"> - Introduzir o aluno no estudo da responsabilidade no direito do trabalho, suas modalidades, pressupostos, distorções e o respectivo dano indenizável; - Conscientizar o aluno sobre a responsabilidade civil e criminal das empresas e dos profissionais em decorrência de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais; - Capacitar o estudante ao exercício da atividade profissional compromissada com princípios éticos que orientam a prática da segurança do trabalho. <p>BIBLIOGRAFIA</p> <p><i>Site do Ministério do Trabalho e Previdência Social: Portaria nº 3214 de 1978, NR's 01 a 36.</i></p>					

Legislação de Segurança e Medicina do Trabalho – **Normas Regulamentadoras da Portaria nº 3214 de 08 de Junho de 1978** – Editoras Atlas ou Saraiva (atualizada anualmente).

CAMISASSA – M.Q. **Segurança e Saúde no Trabalho** – NR's 01 a 36 –

Comentadas e Descomplicadas – Editora Método – São Paulo, 2015.

SALIBA, T. M.; PAGANI, S. C. R. **Legislação de segurança, acidente de trabalho e saúde do trabalho**. 10ª ed. São Paulo. Editora LTr, 2014.

GARCIA, G. F. B. **Acidentes do Trabalho: Doenças Ocupacionais e Nexos Técnico Epidemiológico**. 3ª ed. São Paulo: Editora Método, 2010.

4º Período/Semestre	Código	STPSD IV	PROMOÇÃO DA SAÚDE IV	Carga Horária	36 h-a
EMENTA					
<ul style="list-style-type: none"> - REVISÃO DAS NORMAS REGULAMENTADORAS NA SAÚDE OCUPACIONAL - NR-7; NR17; NR; 32: NR38; NR 15 e seus anexos; NR:16. 					
OBJETIVOS					
<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer a história natural das doenças ocupacionais, bem como as suas formas de prevenção; - Destacar a importância do monitoramento da saúde dos trabalhadores, bem como a realização dos exames médicos clínicos e complementares previstos na NR 07, com vistas ao diagnóstico precoce das doenças ocupacionais. - Evidenciar os riscos ocupacionais no trabalho em serviços de saúde, possibilitando o exercício laborativo em condições de segurança física e operacional, e aplicando instrumentos normativos previstos nas NR's 07 e 32. - Capacitar o aluno nas ações práticas e normativas de biossegurança; - Conhecer os processos relacionados com a saúde e a doença, em âmbito geral e ocupacional, inclusive as ações preventivas e promotoras da saúde; - Familiarizar o aluno com o conhecimento e as iniciativas básicas em primeiros socorros 					
BIBLIOGRAFIA					
BRASIL MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL. Norma Regulamentadora nº 07, Portaria MTE nº 3214/78. Brasília: 2016					
BRASIL MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL. Norma Regulamentadora nº 32, Portaria MTE nº 3214/78. Brasília: 2016					
FUNDACENTRO. Manual de orientação sobre controle médico ocupacional da exposição a substâncias químicas. São Paulo: Ed. Fundacentro, 2014.					
ESTEVES, Árina Aline De Antoni Amantéa Viena. Doenças ocupacionais: agindo preventivamente. São Paulo: Saraiva, 2014					
MENDES, R. Patologia do Trabalho - 2 Vols - 3 ed. São Paulo: Atheneu, 2013.					
FUNDACENTRO. Manual para interpretação das informações sobre substâncias químicas. São Paulo: Ed. Fundacentro, 2012.					
FUNDACENTRO. Marmorarias - Manual de referência: recomendações de segurança e saúde no trabalho. São Paulo: Ed. Fundacentro, 2012.					

4º Período/Semestre	Código	STHST IV	HIGIENE e SEGURANÇA DO TRABALHO iv	Carga Horária	36 h-a
<p>EMENTA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os principais processos tecnológicos relacionados à indústria elétrica. - Os principais processos tecnológicos relacionados à indústria mecânica; - Os principais riscos gerados por esses processos tecnológicos; - Segurança em instalações e serviços em eletricidade; - Segurança no trabalho em máquinas e equipamento; - Caldeiras e vasos de pressão, e - Fornos. - Conceitos para aplicação do método de Brief & Scala; - Espaços confinados / Trabalho em altura - Transporte de Cargas e Produtos Perigosos - Segurança no Trânsito / Direção defensiva 					
<p>OBJETIVOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conhecer os principais processos tecnológicos aplicáveis às indústrias da construção, elétrica e mecânica, com o objetivo de avaliar seus riscos ocupacionais e elaborar programas de prevenção e controle compatíveis com os mesmos. 					
<p>BIBLIOGRAFIA</p> <p>NR 10 – Segurança em instalações e serviços em eletricidade; NR 12 – Segurança no trabalho em máquinas e equipamento; NR 13 – Caldeiras e vasos de pressão; NR 14 – Fornos; Legislação de Segurança e Medicina do Trabalho – Normas Regulamentadoras da Portaria n. 3.214, de 08 de junho de 1978.</p> <p>CAMISASSA – M.Q. Segurança e Saúde no Trabalho - NRs 01 a 03– Comentadas e Descomplicadas – Editora Método – São Paulo – 2015.</p> <p>SALIBA, T. M. Prova pericial em segurança e higiene. São Paulo: Ed. LTr, 2014. SALIBA, T. M; CORRÊA, M. A. C. Manual prático de higiene ocupacional e PPRA. 6ª ed. São Paulo: Ed. LTr, 2014.</p> <p>FUNDACENTRO, Introdução à higiene ocupacional. São Paulo: Ed. Fundacentro, 2001.</p> <p>SALIBA, T. <i>et alii.</i> Higiene do trabalho e programa de prevenção de acidentes ambientais. Ed. LTr. São Paulo. 1997</p>					

4º Período/Semestre	Código	STGIS IV	GESTÃO INTEGRADA DE QSMS IV	Carga Horária	36 h-a
<p>EMENTA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Legislação brasileira (Portaria nº 3214/ 1978, NR's 07, 09 e 15); - Ventilação geral e local exaustora; - Gerenciamento de risco, e - Auditoria integrada de SMS - Certificações normativas - Os principais sistemas de gestão de QSMS - Metodologia do ciclo PDCA. - Normas Brasileiras e Internacionais de gerenciamento de risco 					
<p>OBJETIVOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Promover uma avaliação histórica sobre os impactos gerados pelos grandes acidentes industriais sobre a humanidade e o paralelo surgimento de uma consciência coletiva social e ambiental mais responsável; - Estudar os sistemas de gestão da qualidade e do meio ambiente e os requisitos normativos nacionais e internacionais referentes. - Avaliar grandes acidentes e os ensinamentos gerados a partir dos mesmos para fundamentar ações preventivas 					
<p>BIBLIOGRAFIA</p> <p>MORAES G. A. Sistema de Gestão ambiental ISO 14001/04 comentada. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Gerenciamento Verde, 2011.</p> <p>Norma ABNT NBR ISO 9000: 2007 Sistema de Gestão da qualidade –Requisitos e suas alterações.</p> <p>Norma ABNT NBR ISO 14001:2004 Sistema de gestão ambiental – Requisitos com orientação para uso e suas alterações.</p>					

4º Período/Semestre	Código	STPCI II	PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO II	Carga Horária	36 h-a
<p>EMENTA</p> <ul style="list-style-type: none"> - A reação e a resistência ao fogo; - A curva de fogo real e a normalizada; - O conceito de prevenção, proteção e combate ao incêndio; - Extintores de incêndio; - Dimensionamento de extintores; - Recarga e manutenção de extintores. - Sistemas fixos e móveis de combate ao incêndio. Rede de hidrantes e de sprinklers; Iluminação de emergência e sinalização de segurança; - Inspeção e manutenção de equipamentos de combate ao fogo; - Conceitos de dimensionamento hidráulico; - Sistemas de alarme e detecção - O tempo requerido de resistência ao fogo; - O controle dos materiais combustíveis nas edificações; - Análise de causas de incêndios e explosões; - As proteções passivas contra incêndio: ignifugação, estanqueidade e estabilidade estrutural; - Proteção Ativa; - Inspeções oficiais: órgãos públicos e seguradoras; - Seguro-incêndio; - Conceito de plano de emergência e de auxílio mútuo, e - Conceito de plano de abandono. - A segurança contra incêndio na arquitetura e na engenharia; - A carga-incêndio de uma construção; - A geração e o desenvolvimento do incêndio; - As características das modernas construções e os materiais utilizados; 					
<p>OBJETIVOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conhecer os elementos envolvidos na dinâmica do fogo, inclusive métodos e processos utilizados no seu combate; - Promover o conhecimento uniforme das normas técnicas de segurança contra incêndios, inclusive a legislação estadual e as normas da ABNT; - Evidenciar a importância da inspeção e da manutenção periódica dos equipamentos de combate ao fogo, inclusive quanto ao dimensionamento e à recarga dos extintores. - Promover o estudo dos sistemas fixos e móveis de combate a incêndio: rede de hidrantes, <i>sprinklers</i>, iluminação de emergência e sinalização de segurança ; - Familiarizar os alunos com as normas técnicas pertinentes, o planejamento e a implantação das brigadas de incêndio, dos planos de emergência, de auxílio mútuo e de abandono das instalações. 					

BIBLIOGRAFIA

CAMILLO JUNIOR, A.B. **Manual de Prevenção e Combate a Incêndios**. 6ª edição, São Paulo: Editora Senac, 2006.

GONÇALVES, E.A. **Manual de Segurança e Saúde no Trabalho**. SP, Ed LTr, 2012.

GOMES, Ary G. **Sistemas de Prevenção Contra Incêndio**. Interciência.

PEREIRA, Áderson Guimarães; POPOVIC, Raphael Rodriguez. **Tecnologia em Segurança Contra Incêndio**. Ed. LTr, Edição 2007.

BRASIL_Ministério do Trabalho e Emprego. **Normas Regulamentadoras da Portaria 3214 de 1978, NR-20 - Líquidos Combustíveis e Inflamáveis**, de 29 de fevereiro de 2012.

BRASIL_Ministério do Trabalho e Emprego. **Normas Regulamentadoras da Portaria 3214 de 1978, NR-23 - Proteção Contra Incêndios**, de 06 de maio de 2011.

NFPA, National Fire Protection Association. **NFPA 101: Life Safety Code**. 2009 Edition.

SFPE, Society of Fire Protection Engineers. **SFPE Handbook of Fire Protection Engineering**. 2008 Edition.

BRENTANO T. **Instalações Hidráulicas de Combate a Incêndios nas edificações**. 5ª ed. Rio Grande do Sul: Ed. PUCRS, 2015.

BRENTANO T. **A proteção contra incêndios no projeto de Edificações**. 3ª ed. Rio Grande do Sul: Ed. PUCRS, 2015.

PEREIRA, A. G. **Segurança contra incêndio**. São Paulo: Ed. LTr, 2009.

SEITU, A. I; GILL A. A. *et alli*. **A Proteção contra incêndio no Brasil**. São Paulo: Ed. projeto, 2008.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS. **Manual de prevenção e combate a incêndio**. São Paulo: Ed. IPT 1994.

HANSSEN, C. A. **Proteção contra incêndios no projeto**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992.

BERTO, A.F. **Segurança contra incêndio no projeto arquitetônico de edifícios**.

Revista Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, 989.

CAMILO JÚNIOR, A. B. **Manual de prevenção e combate a incêndios**. São Paulo: Ed. Senac, 1988.

FUNDACENTRO. **Manual básico de proteção contra incêndios**. São Paulo: Ed. Fundacentro, 1987.

4º Período/Semestre	Código	FISC II	FISCALIZAÇÃO E PENALIDADES II	Carga Horária	36 h-a
<p>EMENTA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apresentação de Seminários pelos alunos sobre manuseio de aparelhos de avaliação de riscos estudados. - Exercício de medidas em campo - Elaboração de laudo técnico 					
<p>OBJETIVOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aplicar técnicas de avaliação/ medição e treinamento que permitam a consecução do trabalho de forma mais segura - Familiarizar o aluno com manuseio e uso de aparelhos de avaliação de agentes de risco - Familiarizar o aluno com a interpretação de manuais técnicos 					
<p>BIBLIOGRAFIA</p> <p>BINDER, M. C. Árvore de Causas: Método de Investigação de Acidentes. São Paulo: Ed. Limiar, 1999.</p> <p>CUNHA, J. Noções de Prevenção e Controle de Perdas em SST. São Paulo: Ed. Senac, 1999.</p> <p>DE CICCIO, F.; FANTAZZINI, M.L. Manual sobre sistemas de gestão da segurança e saúde no trabalho: A primeira norma de âmbito mundial para certificação de sistemas de gestão da SST - OHSAS 18001. (Volume III) São Paulo. Ed. Risk Tecnologia, 1999.</p> <p>PALADY, P. F. Análise dos Módulos de Falhas e Efeitos. São Paulo: Ed. IMAN, 1997.</p> <p>DE CICCIO, F.; FANTAZZINI, M.L. Técnicas modernas de gerência de riscos. São Paulo: Ed. IBGR, 1985.</p> <p>MORAES, G.A. Legislação de Segurança e Saúde no Trabalho. Rio de Janeiro, Ed. Gerenciamento Verde, 8ª ed., 2011.</p> <p>SALIBA, Tuffi Messias; SALIBA, Sofia C. Reis. Legislação de Segurança, Acidente do Trabalho e Saúde do Trabalhador. São Paulo, Editora LTr, 1ª Edição, 2002.</p>					

4º Período/Semestre	Código	STAAS IV	ADMINISTRAÇÃO APLICADA À SEGURANÇA DO TRABALHO IV	Carga Horária	36 h-a
<p>EMENTA</p> <ul style="list-style-type: none"> - PPRA, elaboração do documento - Plano de emergência, elaborar o documento - Processo eleitoral de uma CIPA - Programa de Conservação Auditiva – PCA - Programa de Prevenção da Exposição Ocupacional ao Benzeno – PPEOB (NR 15, anexo 13 A). - Programa de Proteção Respiratória – PPR, e - Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR. 					
<p>OBJETIVOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Capacitar o aluno com a evolução da Administração dos assuntos relacionados à saúde do Trabalhador; - Realçar os entes normativos que praticam a administração de base da SST nas empresas e instituições. 					

BIBLIOGRAFIA

Normas Regulamentadoras do MTE nº 07 e 15, Anexo 13 A, aprovadas pela Portaria MTE nº 3214/ 1978 e suas posteriores alterações;
SALIBA, T. M.; CORRÊA, M. A. C. **Manual prático de higiene ocupacional e PPRA**. 6ª ed. São Paulo: Ed. LTr, 2014;
SALIBA, T. M. **Manual prático de avaliação e controle de ruído – PPRA**. 8ª ed. São Paulo: Ed. LTr, 2014;
SALIBA, T. M. **Manual prático de avaliação e controle de calor – PPRA**. 6ª Ed. São Paulo: Ed. LTr, 2014;
SALIBA, T. M.; CORRÊA, M. A. C. **Manual prático de avaliação e controle de gases e vapores – PPRA**. 6ª Ed. São Paulo: Ed. LTr, 2014;
TORLONI, M; VIEIRA, A. V. **Manual de proteção respiratória**. São Paulo: Ed. ABHO, 2003.
FUNDACION MAPFRE. **Curso de Higiene Industrial**. Madri: Ed. MAPFRE
Site do Ministério do Trabalho e Previdência Social: **Portaria nº 3214 de 1978 NR's 4, 5, 7 e 9**.
SALIBA, T. M.; PAGANI, S. C. R. **Legislação de segurança, acidente de trabalho e saúde do trabalho**. 10ª Ed. São Paulo. Ed. LRr, 2014.
SALIBA, T. M.; CORREA, M. A. C. **Insalubridade e periculosidade**: 13ª ed. São

Paulo: Ed. LTr, 2014.

SALIBA, T. M. **Manual prático de higiene ocupacional e PPRA**. 7ª ed. São Paulo:Ed. LTr, 2014.

Norma OHSAS 18002: 2008 (**Sistemas de gestão de saúde e segurança** ocupacional – Diretrizes para a implantação da OHSAS 18001:2007). Norma OHSAS 18001: 2007 (Sistemas de gestão de saúde e segurançaocupacional – Requisitos).

OLIVEIRA, C. L.; MINICUCCI, A. **Prática da qualidade da segurança no trabalho:uma experiência brasileira**. São Paulo: Ed. LTr, 2001.

POSSEIBOM, W. L. P. **Métodos para elaboração de programas**. São Paulo: Ed. Atlas, 2001.

Norma OIT: 2000 (Diretrizes sobre sistemas de gestão de segurança e a saúdeno trabalho).

GONÇALVES, E. A. **Manual de segurança e saúde do trabalho**. São Paulo: Ed.LTr, 2000.

ZOCCHIO, A. **Política de segurança e saúde no trabalho: elaboração,implantação e administração**. São Paulo: Ed. LTr, 2000.

PACHECO JR. W. **Gestão da segurança e higiene do trabalho**. São Paulo: Ed. Atlas, 2000.

OLIVEIRA, C. D. A. de. **Passo a passo da segurança do trabalho**. São Paulo: Ed.LTr, 2000.

CARDELLA, B. **Segurança no trabalho e prevenção de acidentes: uma abordagem holística**. São Paulo: Ed. Atlas, 1999.

MACHER, Cesar e outros. **Curso de engenharia de segurança do trabalho**. Vol I,II, III, IV, V, VI. São Paulo. Ed. Fundacentro, 1079.

4º Período/Semestre	Código	BIOSS	BIOSEGURANÇA	Carga Horária	36 h-a
<p>EMENTA</p> <ul style="list-style-type: none"> - segurança e saúde no trabalho e em serviços de saúde - princípios gerais de biossegurança - descarte adequado de resíduos biológicos, químicos e radioativos - prevenção, controle e avaliação da contaminação dos serviços de saúde - técnicas de transporte, armazenamento e descarte de resíduos sólidos, líquidos e fluídos contaminados - logística reversa - segurança e saúde no manuseio dos resíduos urbanos - Segurança em Laboratórios 					
<p>OBJETIVOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Orientar o aluno em relação aos procedimentos básicos da biossegurança - Dotar o aluno de habilidade no trato com acidentado. 					

RIBEIRO J.R.C. **Manual Básico de Socorro e Emergência**. 2 ed. São Paulo: Atheneu, 2017.

MARTINI, Antonio Carlos Turiani; SILVEIRA, C.E.C. **Manual de Primeiros Socorros**. São Paulo, Corpus, 2007.

BRASIL_Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Higienização das mãos em serviços de saúde/** Agência Nacional de Vigilância Sanitária. – Brasília: Anvisa, 2007.

BUONO NETO, A.; BUONO, E. A.. **Primeiros socorros e prevenção de acidentes de trabalho e domésticos**. São Paulo: Ed. LTr, 2003.

BRASIL_Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. FIOCRUZ. Vice Presidência de Serviços de Referência e Ambiente. Núcleo de Biossegurança. NUBio. **Manual de Primeiros Socorros**. Rio de Janeiro. Fundação Oswaldo Cruz, 2003.

MACIEL, O. **Guia de primeiros socorros**. São Paulo: Ed. LTr, 2003.

BERGERON, J. David e Bizjak, G. **Primeiros Socorros**. São Paulo: Atheneu, 1999.

Oliveira, M. **Fundamentos do Socorro Pré-Hospitalar**. 3ª Ed. Chapecó: Grifos, 1999.

4º Período/Semestre	Código	STAPH	PRÁTICA PROFISSIONAL ORIENTADA IV	Carga Horária	72 h-a
<p>EMENTA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Técnicas de apresentação - Técnicas de entrevista - Elaboração de currículo - A ciência e a produção do conhecimento; - A pesquisa em segurança e saúde no trabalho: abordagens, tipos e orientações metodológicas; - Normas e organização do texto científico (normas da ABNT); - Trabalhos integrados de SST, visando atuação profissional; - Visita técnicas a empresas; com elaboração de trabalhos de campo; - Trabalhos técnico a serem realizados nos laboratórios do CTST e nas dependências do Cefet-RJ. - Participação do aluno na Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT) no Cefet-RJ. 					
<p>OBJETIVOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Orientar o aluno na elaboração um projeto de Segurança e Saúde no Trabalho de forma técnica e científica. - Inserir o aluno na vida profissional através de experiências práticas. 					
<p>BIBLIOGRAFIA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Portaria MTE nº 3214/ 1978, NR 5 – CIPA. 					

4.4. Procedimentos didáticos e metodológicos

Os procedimentos didáticos e metodológicos adotados, inclusive no que se referem aos aspectos relativos à acessibilidade pedagógica e atitudinal na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, devem visar à preparação para o exercício das profissões técnicas e à formação integral do estudante. A proposta didático-pedagógica do curso prevê atividades internas ou externas que contemplem os seguintes aspectos:

Aulas expositivas: nas aulas expositivas procura-se expor os conteúdos presentes na ementa de cada disciplina, assim como desenvolver diversas atividades que auxiliam no processo de aprendizagem e fixação, tais atividades podem ser realizadas de forma individual ou em grupo, as quais permitem ao docente avaliar as dificuldades no aprendizado procedendo com intervenções de ensino-aprendizagem. Caso seja necessário, o aluno pode ser encaminhado para os setores de apoio na Instituição.

Aulas práticas: são aulas que ocorrem nos laboratórios. Podem ser experimentos demonstrativos realizados pelo professor e/ou experimentos individuais realizados pelos alunos. Podem ser atividades práticas propostas pelos professores e desenvolvidas pelos alunos através de computadores e outros equipamentos.

Atividades práticas supervisionadas: são atividades acadêmicas desenvolvidas sob a orientação de docentes e realizadas pelos discentes em horários diferentes daqueles destinados às atividades presenciais. Tem a finalidade de auxiliar no aprendizado, bem como na fixação dos conteúdos trabalhados.

Projetos: nas disciplinas específicas é incentivado o desenvolvimento de projetos pelos alunos de pesquisa e extensão como forma de desenvolvimento e aprimoramento.

Pesquisas: podem ser realizadas por meio do desenvolvimento de trabalhos, revisão bibliográfica, pesquisa na base de periódicos disponibilizados pela Instituição ou consulta a outros artigos de interesse disponibilizados na internet.

Seminários e palestras: são abordados conteúdo específicos, apresentados por professores, alunos do curso ou convidados externos.

Visitas técnicas: são realizadas visitas técnicas a empresas locais, da região e de outros estados com a finalidade de complementação da formação tecnológica.

Atividades vivenciadas pelos alunos: além das atividades que complementam a sua formação, destacando-se o estágio curricular supervisionado, os alunos têm a possibilidade de participar de muitas outras atividades, tais como iniciação científica, monitoria, participação em organizações de eventos internos, competições (programação, jogos, matemática, robótica), congressos, seminários e simpósios, palestras e minicursos da Semana de Extensão, da Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT) e da Feira de Estágio e Emprego.

Cursos de extensão: ao longo do curso serão disponibilizados vários cursos de formação continuada permitindo ao aluno adquirir conhecimentos além dos oferecidos na formação profissional do Técnico. Cursos oferecidos pelos próprios docentes da Instituição ou Formadores externos convidados.

Monitoria: são disponibilizados monitores para resolução de atividades ou ajuda para o egresso melhor entendimento da disciplina;

Prática Profissional Orientada: ao longo do curso serão disponibilizadas várias atividades continuadas permitindo ao aluno adquirir conhecimentos além dos oferecidos na formação profissional do Técnico. Atividades oferecidas pelos próprios docentes da Instituição ou Formadores externos convidados.

5. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO

5.1. Avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

A avaliação é um procedimento contínuo, constituinte do processo ensino-aprendizagem, e objetiva detectar as dificuldades, os avanços e as possibilidades dos estudantes. Esta etapa do processo deve verificar a aprendizagem levando em consideração a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Fazem parte do processo as avaliações periódicas, considerando aspectos de assiduidade e aproveitamento, conforme as diretrizes da LDB, Lei nº. 9.394/96. A proposta pedagógica do curso prevê atividades avaliativas que contemplem os seguintes aspectos:

- Adoção de procedimentos de avaliação contínua e cumulativa;
- Prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;

- Inclusão de atividades contextualizadas;
- Inclusão do aluno em um diálogo permanente;
- Consenso do colegiado nos critérios de avaliação a serem adotados e, por parte dos docentes, o cumprimento do estabelecido;
- Disponibilização de suporte pedagógico especializado para dificuldades oriundas do processo ensino-aprendizagem;
- Adoção de estratégias cognitivas¹ nas avaliações;
- Adoção de procedimentos didático-pedagógicos visando à melhoria contínua da observação das características dos alunos e de seu desenvolvimento;
- Adoção de pressuposto de progressão de ano independente dos valores quantitativos alcançados observando prioritariamente o desenvolvimento acadêmico e participativo do aluno;
- Proporcionar o crescimento integral do aluno através da integração dos saberes sistematizados do curso, consolidando o perfil do trabalhador-cidadão, com vistas à contínua construção do saber escolar.

A assiduidade diz respeito à frequência às aulas teóricas, aos trabalhos escolares, aos exercícios de aplicação e às atividades práticas. O aproveitamento escolar é avaliado através de acompanhamento contínuo dos estudantes e dos resultados por eles obtidos nas atividades avaliativas.

A avaliação do desempenho escolar segue as normas estabelecidas pelos conselhos escolares do CEFET/RJ, de acordo com os preceitos estabelecidos em regimento próprio.

5.1.1 AVALIAÇÕES DAS DISCIPLINAS DE LABORATÓRIO

O curso técnico será contemplado com disciplinas de laboratório. Estas disciplinas presenciais possibilitarão a criação de ações interdisciplinares entre os diversos conteúdos profissionalizantes do curso, além de proporcionar ao aluno a oportunidade de desenvolver suas habilidades na área de Segurança do Trabalho, através de aplicações práticas, de forma a prepará-lo para o exercício profissional nas empresas e/ou outros ambientes laborativos.

Os alunos deverão desenvolver atividades práticas, orientadas pelos professores do CTST, a serem realizados dentro ou fora dos laboratórios do Bloco I do Cefet/RJ.

Para ser aprovado nas disciplinas, o aluno deverá cumprir com as atividades práticas, dentro do prazo estabelecido pelo professor orientador, e obter nota mínima 6,0 (seis).

6. RECURSOS DO CURSO

6.1. Corpo docente

O colegiado do curso técnico em segurança do trabalho contempla um total de 08 docentes graduados em diversas especializações, como engenharia, medicina, enfermagem e direito. O perfil dos docentes que compõe a equipe é contemplado com 1 doutora, 1 doutoranda, 5 mestres e 1 especialista.

	NOME	FORMAÇÃOACADÊMICA	TITULAÇÃO	Regime de Trabalho
1	Beatriz Martins Teixeira	Bacharelado em Direito, Especialização em Educação Ambiental, Especialização em Direito Empresarial, Mestrado em Tecnologia, Doutorado em Meio Ambiente	Dra	40 h - DE
2	Cláudia Mendes de Araújo	Bacharelado em Enfermagem, Especialização emEnfermagem do Trabalho, Mestra	MsC	40 h
3	Francisco Moysés de Carvalho Neto	Bacharelado em Engenharia Química, Bacharelado em Administração, Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho Mestre em Desenvolvimento Local	MsC	40 h – DE
4	Ivan Gaspar	Engenharia Mecânica, Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho	MsC	40 h – DE

5	Maria Regina Lemos Guimarães	Bacharelado em Medicina, Especialização em Medicina do Trabalho, Mestra em Desenvolvimento Local	MsC	40 h – DE
6	Rayana Ferreira Vinagre	Engenharia de Produção, Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, Mestra em Engenharia de Produção, Doutoranda em Engenharia de Produção	MsC	40 h – DE
7	Roberto Mingozi Martins dos Santos	Engenharia Civil, Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho	Especialista	40 h - DE
8	Roberto Rodrigues de Oliveira	Engenharia Civil, Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, Mestre em Desenvolvimento Local	MsC	40 h - DE

6.2. Biblioteca

O Sistema de Bibliotecas do CEFET/RJ foi estabelecido pela Portaria nº 420 de 27 de agosto de 2007 e, atualmente, é composto pela Biblioteca Central, subordinada à Direção Geral, na Unidade Maracanã e por mais 7 bibliotecas em cada unidade do Cefet/RJ. Atualmente conta com um acervo de mais de 79 mil exemplares de livros (material permanente), periódicos, folhetos, obras de referência, CD-Rom, DVDs, normas e trabalhos acadêmicos (trabalhos de conclusão de curso, monografias, dissertações e teses).

A Biblioteca do CEFET/RJ destina-se, principalmente, a atender à comunidade interna, mas também está disponível ao público externo. Funciona de 2ª a 6ª feira, no horário de 9 às 19 horas, e conta com salão para leitura e sala de estudos, instalações adequadas tanto para o estudo individual quanto para o estudo em grupo, em área aberta ou salas exclusivas

O Sistema mantém uma política de aquisição permanente, por meio de compras e doações (de acordo com o regulamento das bibliotecas) visando a atualização constante do acervo, levando em conta as recomendações do Ministério da Educação (MEC) para os currículos dos cursos oferecidos e buscando garantir a correlação pedagógica entre o acervo e os programas dos cursos.

BIBLIOTECA VIRTUAL PEARSON

Já está disponível para toda comunidade do Cefet/RJ a maior plataforma de e-books universitários e de formação profissional do Brasil! São mais de 12 mil e-books na íntegra com acesso online e gratuito. O acesso pode ser feito pelo site registro.cefet-rj.br ou pelo site plataforma.bvirtual.com.br

6.3. Corpo discente

6.3.1 Programas de atendimento aos discentes

Programa de Assistência Estudantil do CEFET /RJ

O Programa de Assistência Estudantil do CEFET/RJ tem como fundamento a promoção do acesso e da permanência dos alunos da instituição que estejam em condição de vulnerabilidade social e/ou econômica, contribuindo para a sua formação acadêmica.

Para que um aluno possa se manter, deve dispor de recursos financeiros mensais mínimos para custeio de traslado, alimentação, compra de livros, reprodução de apostilas, notas de aula e materiais didáticos complementares. O CEFET/RJ disponibiliza recursos próprios e oriundos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), com vistas a diminuir os índices de evasão escolar, e investe na contratação e capacitação de profissionais com o objetivo de implantar um eficiente acompanhamento sócio pedagógico.

Considerando os alunos que se enquadram na situação mencionada, a política de atendimento do CEFET/RJ está fundamentada em três programas que contemplam bolsas de permanência, a saber:

a) Programa de Auxílio-Alimentação (PAE), destinado a atender os estudantes que não dispõem de recursos financeiros suficientes para alimentação durante sua permanência na instituição;

b) Programa de Auxílio ao Estudante com Deficiência (PAEd), destinado a facilitar a acessibilidade, permanência e formação de qualidade aos estudantes com necessidades específicas;

c) Programa de Auxílio Emergencial (PAEm), destinado a minimizar as dificuldades socioeconômicas emergenciais que comprometem a permanência do estudante na instituição.

Orientação educacional

A Seção de Apoio Pedagógico (Saped) é formada por uma equipe multidisciplinar de pedagogos, psicólogos, assistentes sociais e técnicos em assuntos educacionais que fazem o acompanhamento, apoio e orientação educacional aos discentes.

Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) conta com uma equipe multidisciplinar que organiza e desenvolve ações e projetos institucionais inclusivos voltados a alunos e servidores, no sentido de: oferecer apoio didático-pedagógico aos alunos com necessidades específicas e aos seus professores; promover a aceitação da diversidade através da cultura da “educação por convivência”; acompanhar as políticas e as ações que garantam o acesso, a permanência e a conclusão do processo educativo de qualidade com sucesso aos alunos com necessidades específicas, dentre outros.

6.6.2. Atividades Estudantis Suplementares

Programa de Projetos de Ensino

Os Projetos de Ensino buscam qualificar, direta ou indiretamente, o processo de ensino-aprendizagem nos cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) e da Graduação no Ensino Superior (ES), e em quaisquer das Unidades de Ensino Descentralizadas (UnED) ou Sede (Maracanã) do Cefet/RJ. Serão considerados de natureza direta os Projetos de Ensino que desenvolvam metodologias, estratégias, recursos, produtos educacionais, cursos ou palestras didático-pedagógicos que sejam imediata e especialmente os aplicados no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes. Por sua vez, serão considerados de natureza indireta os projetos que sejam desenvolvidos para a qualificação difusa, isto é, sem delimitação inicial das turmas. É gerido pela Diretoria de Ensino (Diren).

Programa de Bolsas de Extensão (PBEXT)

O Programa de Bolsa de Extensão (PBEXT) do CEFET/RJ, que se destina a estudantes da educação superior e do Ensino Profissional Técnico de Nível Médio, nas modalidades integrada e subsequente, tem como objetivo o desenvolvimento de atividades de extensão com a ampliação e o fortalecimento da interação da instituição com as comunidades interna e externa. É gerido pela Diretoria de Extensão (DIREX) e pelo Departamento de Extensão e Assuntos Comunitários (DEAC).

Os bolsistas selecionados são vinculados a programas e/ou projetos com objetivos específicos e prazos determinados, visando a um resultado de mútuo interesse para a sociedade e a comunidade acadêmica. Eles são submetidos a uma Comissão de Avaliação, indicada pelo Conselho de Extensão (CONEX), que atua nas condições expostas em editais anuais.

Com a crescente demanda e interesse da comunidade interna na apresentação de projetos de extensão, impõe-se um desafio neste período, qual seja, o da maior participação em editais externos de órgãos de fomento que contribuam com a consolidação da política extensionista no CEFET/RJ.

Programa de Monitoria do CEFET/RJ

O Programa de Monitoria do CEFET/RJ é uma ação coordenada pela Diretoria de Ensino, que tem como objetivos:

- Motivar no aluno o interesse pela carreira docente;
- Estimular a interação e a cooperação entre o corpo docente e discente;
- Intensificar valores fundamentais à formação acadêmica, como responsabilidade e comprometimento;
- Promover o aperfeiçoamento do processo de ensino e aprendizagem.

Como consequência, o Programa de Monitoria torna-se um instrumento estratégico importante para a permanência estudantil e para a formação acadêmica de qualidade.

As bolsas são distribuídas proporcionalmente conforme o número de alunos matriculados por curso, assim todos os cursos de todos os campi são contemplados.

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)

A Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação (DIPPG) tem programa de bolsas para alunos do ensino médio. O programa conta com recursos próprios da instituição e de órgãos de fomento.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), para o Ensino Profissional Técnico de Nível Médio, é importante para a institucionalização da pesquisa no Centro Federal, pois permite integrar alunos às atividades de pesquisa desenvolvidas no CEFET/RJ.

Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão

A Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão oferece atividades de divulgação da produção de conhecimento científico e acadêmico de servidores/as e alunos/as do Cefet/RJ, bem como de pesquisadores/as e estudantes de instituições parceiras, nas diversas áreas temáticas propostas pelo FORPROEX, a saber: Comunicação; Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Trabalho; Tecnologia e Produção.

Entre seus objetivos estão:

- - Divulgar as características dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e dos Cursos Superiores oferecidos pelo Sistema Cefet/RJ, através de atividades acadêmicas diversas e organizadas pelas coordenadorias e departamentos, de forma a auxiliar as opções dos/as potenciais candidatos/as a ingressarem em nossa instituição de ensino.

- - Estimular a popularização da Ciência e Tecnologia e contribuir para a difusão de seus conhecimentos.

- - Despertar o interesse de jovens pela Ciência e por profissões ligadas à Ciência e Tecnologia.

- - Favorecer e despertar o interesse de estudantes e docentes para atuarem em linhas de pesquisa técnico-científicas.

- - Possibilitar a estudantes, docentes e todos/as que estejam direta ou indiretamente envolvidos/as a ampliação de suas relações interpessoais e interinstitucionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei no 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Lei orgânica do Ensino Industrial. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 30 jan. 1942.

_____. Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 fev. 1942.

_____. Decreto nº 47.038, de 16 de outubro de 1959. Aprova o Regulamento do Ensino Industrial. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 out. 1959. _____. Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 30 jun. 1978.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Portaria MEC nº 3.796, 1 de novembro de 2005. Aprova o estatuto do CEFET/RJ. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 01 nov. 2005.

_____. Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 30 jan. 2012.

_____. Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 set 2012.

BORUCHOVITCH, E. Algumas estratégias de compreensão em leitura de alunos do ensino fundamental. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 5, n. 1, p. 19–25, jun. 2001. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572001000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 jun. 2022

CEFET/RJ. Plano de Desenvolvimento Institucional do CEFET/RJ: 2015-2019. Disponível em [http://www.CEFET-rj.br/attachments/article/97/PDI%202015-2019_versa%CC%83o%20final%20revisada%20\(2\).pdf](http://www.CEFET-rj.br/attachments/article/97/PDI%202015-2019_versa%CC%83o%20final%20revisada%20(2).pdf). Acesso em: 08 jun 2020.

_____. Projeto Pedagógico Institucional do CEFET/RJ 2018. Disponível em <http://www.CEFET-rj.br/attachments/article/3249/PPI%202018-rv3.pdf>. Acesso em: 08 jun 2020.

Resolução CEFET CEPE nº 04/2018, de 30 de agosto de 2018. Aprova o Projeto de Reformulação do Ensino Profissionalizante Técnico de Nível Médio no Campus Maracanã. Disponível em <http://www.CEFET-rj.br/attachments/article/3730/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2004-2018%20Ensino%20M%C3%A9dio%20Integrado.pdf>. Acesso em: 08 jun 2020.

_____. Resolução CEFET CODIR nº 47/2018, de 14 de setembro de 2018. Aprova as diretrizes para a reformulação institucional do Ensino Profissionalizante Técnico de Nível Médio do CEFET/RJ, cuja duração passará de quatro para três anos. Disponível em <http://www.CEFET-rj.br/attachments/article/3727/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20047-2018%20Reformula%C3%A7%C3%A3o%20do%20Ensino%20Profissionlaizante%20N%C3%ADvel%20M%C3%A9dio.pdf>. Acesso em: 08 jun 2020.

Anexo 1



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow
DIRETORIA DE ENSINO

Implementação das Práticas Profissionais na Educação Profissional Técnica de Nível Médio:

Unidade: Maria da Graça

Curso da EPTNM:  Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho

E-mail (institucional) da Coordenação: coordsegtrabmg@grupo.cefet-rj.br

Coordenador do Curso (com siape): Beatriz Martins Teixeira, siape 1717582

Professor(es) Supervisor(es) de Prática Profissional (com siape): Roberto Rodrigues de Oliveira (siape 2100024); Roberto Mingozzi (siape1804293); Rayana Vinagre (siape 1595126); Francisco Moysés de Carvalho Neto (siape 2413248); Maria Regina Lemos Guimarães (siape 1605590); Cláudia Araújo Mendes (siape 1660779); Ivan Gaspar (siape 1181773); Beatriz Martins Teixeira (siape 171582)

Professor(es) Orientador(es) de Estágio Supervisionado (com siape): Roberto Rodrigues de Oliveira (siape 2100024); Roberto Mingozzi (siape1804293); Rayana Vinagre (siape 1595126); Francisco Moysés de Carvalho Neto (siape 2413248); Maria Regina Lemos Guimarães (siape 1605590); Cláudia Araújo Mendes (siape 1660779); Ivan Gaspar (siape 1181773); Beatriz Martins Teixeira (siape 171582)

Número máximo de discentes a serem atendidos por cada Professor Supervisor de Prática Profissional: 15

Indique nas possibilidades apresentadas, os tipos de Práticas Profissionais adotadas pela Coordenação, de acordo com o Capítulo III da [Resolução Cepe Nº19/2024](#), e ainda, as cargas horárias mínimas e máximas, para cada opção:

Atividades a serem consideradas para composição de carga horária de Prática Profissional	Carga Horária Mínima	Carga Horária Máxima
a. Experimentos e atividades específicas em ambientes especiais.	0	0
b. Disciplinas específicas de laboratório (destinadas a prática profissional).	0	60
c. Projetos de ensino, extensão e pesquisa, devidamente registrados.	0	160
d. Visitas técnicas, culturais e atividades artísticas.	0	60
e. Simulações replicáveis, tais como Modelos Diplomáticos, resultantes de projetos orientados.	0	0
f. Estágio profissional supervisionado obrigatório.	0	0
g. Estágio profissional supervisionado não-obrigatório.	0	320

h. Pesquisas individuais e em equipe vinculadas a projetos institucionais ou em instituições parceiras do Cefet/RJ.	0	160
i. Prestação de serviços, voluntários ou não.	0	100
j. Trabalhos de suporte técnico a atividades acadêmicas e artísticas.	0	60
k. Desenvolvimento de instrumentos e/ou equipamentos.	0	0
l. Trabalho de conclusão de curso ou similares.	0	320
m. Exercício de atividade de Jovem Aprendiz ou Trainee.	0	320
n. Participação em evento (congresso, seminário, simpósio, workshop, palestra, conferência, feira) e similar, de natureza acadêmica ou profissional.	0	60
o. Atuação como empresário, inclusive MEI.	0	0
p. Atuação profissional em área correlata ao curso.	0	320
q. Monitorias de disciplinas técnicas.	0	60
r. Monitorias de disciplinas técnicas envolvendo atividades de laboratório.	0	60
s. Publicação de trabalho científico.	0	160
t. Apresentação oral de trabalho científico.	0	160
u. Obtenção de Certificações na área do Curso.	0	100
v. Serviço voluntário de caráter sócio comunitário, devidamente comprovado.	0	100
w. Atuação técnica na organização e/ou operacionalização de eventos internos e/ou externos.	0	60

Observação 1: A carga **horária máxima** obrigatória das Práticas Profissionais não pode exceder 320 horas, salvo exceções quando essa carga horária for determinada pelos Conselhos Profissionais ou Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

Observação 2: Outras atividades que não estejam previstas, dependerão de aprovação do colegiado do curso, com juntada de ata devidamente assinada pelos participantes.